

Documento Breve sobre Desenvolvimento Económico e Social

Agosto 2007



*Preparado pelo Grupo Banco Mundial e Banco Asiático de Desenvolvimento,
em consulta com os Parceiros de Desenvolvimento*

ADB

Documento Breve sobre Desenvolvimento Económico e Social

Agosto de 2007

Índice

I.	Curar a Nação: Prioridades Económicas Actuais	1
II.	Notas Sectoriais	7
	1. Nota Sectorial: Agricultura	7
	2. Nota Sectorial: Comunicação	11
	3. Nota Sectorial: Economia e Crescimento Económico	15
	4. Nota Sectorial: Educação	19
	5. Nota Sectorial: Ambiente e Recursos Naturais.....	25
	6. Nota Sectorial: Supervisão Externa e Controlo Interno.....	29
	7. Nota Sectorial: Género.....	33
	8. Nota Sectorial: Saúde.....	37
	9. Nota Sectorial: Petróleo	41
	10. Nota Sectorial: Energia.....	45
	11. Nota Sectorial: Desenvolvimento do Sector Privado.....	49
	12. Nota Sectorial: Gestão das Finanças Públicas	53
	13. Nota Sectorial: Administração do Sector Público	57
	14. Nota Sectorial: Telecomunicações.....	61
	15. Nota Sectorial: Transportes.....	65
	16. Nota Sectorial: Veteranos	69
	17. Nota Sectorial: Abastecimento de Água e Saneamento.....	73
	18. Nota Sectorial: Juventude	77

*Preparado pelo Grupo do Banco Mundial e pelo Banco Asiático de Desenvolvimento, em
consulta com os Parceiros de Desenvolvimento.*

I. Curar a Nação: Prioridades Económicas Actuais

1. O novo Governo dará prioridade máxima à resolução da crise política e de segurança que afecta Timor-Leste. Contudo, atingir a estabilidade significa também reviver a economia estagnada e abordar os problemas sociais alarmantes do país. Este documento e os seus anexos concentram-se em como esta retoma socioeconómica. O documento e as notas sectoriais acompanhantes foram preparados pelo Grupo do Banco Mundial (incluindo o Banco Mundial e a CFI) e pelo BAD como um serviço para o novo Governo, e são oferecidos num espírito de amizade e compromisso para com o futuro do país.

2. A retoma da economia não poderá ter lugar sem melhor segurança e sem a restauração da fé das pessoas nos seus líderes. Isto significa uma reforma radical da polícia e do exército. Significa pôr fim à violência nas comunidades, de modo a que os deslocados internos se sintam suficientemente seguros para regressarem aos seus lares. Significa administrar justiça adequada, responsabilizando aqueles que infringiram a lei em 2006. Estes assuntos serão tratados em detalhe no documento que as Nações Unidas estão a preparar, porém a sua importância fundamental deve ser reconhecida aqui.

3. Desde que o Governo aborde a situação de segurança de forma decisiva, o progresso económico é definitivamente viável. Contudo, a conversão da possibilidade em realidade exigirá liderança e grande concentração. Neste Documento sugerimos seis áreas económicas prioritárias, sendo que o progresso nestas pode impulsionar a transformação da economia deficitária de Timor-Leste e ajudar a restaurar a confiança das pessoas num futuro em que possam obter trabalho, alimentar as suas famílias e viver vidas dignas.

4. Existe uma necessidade fundamental no que diz respeito ao Governo comunicar as suas metas e programas à população com maior clareza do que até aqui. Caso os cidadãos sejam informados com honestidade, passarão a confiar mais nos seus líderes. Caso lhes seja pedido que ajudem a conceber e monitorizar os programas de desenvolvimento que os afectam, o seu empenho para com estes programas aumentará, podendo assim os cidadãos contribuir em muito para o sucesso da implementação dos mesmos.

Prioridade Um – Gestão Transparente das Receitas Petrolíferas do País

5. As reservas petrolíferas de Timor-Leste são a chave da prosperidade e da independência do país. O total das poupanças petrolíferas era de US\$ 1.4 mil milhões em 30 de Junho de 2007, com aproximadamente US\$ 100 milhões em novas receitas a cada mês. Ciente dos problemas que muitos países ricos em recursos naturais viveram – desperdício, corrupção disseminada – o anterior Governo criou uma estrutura de gestão petrolífera que é visto como um modelo de ‘melhor prática’ internacional. Em primeiro lugar, as receitas petrolíferas são depositadas num Fundo Petrolífero gerido pela Autoridade Bancária e de Pagamentos (ABP). Dado que as reservas de petróleo e gás não irão durar para sempre, a ABP investe todos os rendimentos com vista a garantir que Timor-Leste manterá o valor real em dólares dos seus rendimentos petrolíferos para todo o sempre, enquanto que os juros da Riqueza Petrolífera transitam para o Orçamento do Estado. De presente, o Orçamento a cada ano conta com mais de US\$ 300 milhões de rendimentos sustentáveis.

6. É vital que os esquemas actuais relativos à gestão da riqueza petrolífera sejam preservados. É igualmente importante que as receitas afectas ao orçamento sejam investidas em programas que desenvolvam o capital da nação e que aumentem a produtividade em sectores não petrolíferos – por outras palavras, em investimentos no desenvolvimento de infra-estruturas e de recursos humanos (educação, saúde e protecção social – ponto 15), melhorando a prestação de serviços.

7. Recomenda-se que a política de poupanças petrolíferas seja preservada e que o actual quadro seja fortalecido de modo a garantir a continuação da transparência e a preservação da riqueza petrolífera do país.

Estagnação Económica

Por altura do ano fiscal de 2004-5 o crescimento económico era positivo, e a estabilidade macroeconómica havia sido conseguida através de uma sólida gestão fiscal. Em meados de 2006, porém, a actividade económica em Díli praticamente cessou. Os distritos periféricos sofreram perturbações no abastecimento, a perda de uma parte significativa da colheita de café, e a quebra do sistema de transportes. Quase todos os timorenses ganham a vida nos sectores não petrolíferos, onde os rendimentos per capita têm estado estagnados em termos reais desde 2002. Os preços ao consumidor também aumentaram cerca de 13% desde Março de 2006. Empresas e indivíduos têm sentido dificuldades no pagamento de empréstimos, sendo que cerca de um terço dos empréstimos concedidos a nível nacional estão actualmente malparados. O investimento privado é mínimo, com a insegurança a agravar um dos climas empresariais menos atraentes do mundo (ponto 11). Em resultado disto, a criação de emprego estagnou – estima-se que cerca de 15.000 jovens entrem no mercado de trabalho a cada ano, enquanto que somente 400 empregos formais são criados. De acordo com o censo de 2004, o desemprego em Díli foi estimado nos 23% e o desemprego entre os jovens nos 40%, aumentando para 58% em relação à faixa etária de 15 a 19 anos. Com metade da população abaixo dos 18 anos, o desemprego urbano entre os jovens e os problemas associados com este fenómeno estão destinados a aumentar a não ser que seja possível criar um crescimento vigoroso nos sectores não petrolíferos. A pobreza em Timor-Leste – definida como a capacidade para comprar alimentos e outras necessidades de consumo equivalente a rendimentos inferiores a US\$ 0.55 por dia – afectou cerca de 39.7% da população em 2001 e está a aumentar.

Nota: US\$ 0.55 em Timor-Leste equivalem a US\$ 1.5 em dólares internacionais, usando a medida de Paridade de Poder

Prioridade Dois – Execução Orçamental

8. A seu tempo, um sector privado vibrante deve tornar-se a principal fonte de crescimento económico e de criação de emprego. Por enquanto, dada a natureza pouco desenvolvida do sector privado, os gastos do Governo têm de assegurar este papel. Todavia de presente o Governo não é capaz de gastar os recursos à sua disposição, devido a uma capacidade limitada e a sistemas pesados e excessivamente centralizados. Até final do terceiro trimestre do ano fiscal de 2006-07 apenas US\$ 81 milhões haviam sido gastos a partir de um Orçamento do Governo Central de US\$ 320 milhões. A execução do Orçamento de Capital foi particularmente fraca, com apenas 2.6%, ou US\$ 3 milhões em US\$ 120 milhões, a serem gastos até final do terceiro trimestre.

9. Porém este problema pode ser corrigido, sendo possível dar de imediato passos para melhorar a execução orçamental. Estes passos incluem:

- Um programa concertado do Ministério das Finanças para formação de pessoal chave de ministérios operacionais em procedimentos básicos de gestão financeira;
- Acesso ao sistema informático de gestão financeira *Freebalance* para ministérios operacionais e instituições estatais;
- Aumento do limite de aprovisionamento delegado para ministérios operacionais, de 100.000 para pelo menos US\$ 250.000; e
- Reintrodução de contas de avanço para todas as instituições e ministérios estatais, a fim de acelerar compras pequenas mas urgentes.

Os gastos do Governo com infra-estruturas e serviços servirão como o motor do crescimento económico no futuro imediato. Será importante prestar uma atenção cuidada à composição dos gastos – em particular, aumentos excessivos nos vencimentos do sector público podem aumentar ainda mais as taxas de vencimentos comparativamente altas do país.

Prioridade Três – Dar Resposta à Crise da Juventude

10. A imagem vigente da juventude timorense é uma de gangs de rua, incendiários e anarquistas – porém esta é a geração que precisa construir a nova nação: o grupo etário entre os 15 e os 29 anos deverá representar quase 40% de todos os timorenses em 2010. Demasiados jovens estão actualmente desempregados, sendo que poucos possuem qualificações que lhes permitam ganhar a vida. Muitos sofrem violência doméstica, bebem em excesso, sentem-se isolados das suas comunidades e desconfiam do Governo e da geração mais velha. A quebra no controlo social desde Abril de 2006 também encorajou alguns jovens a agir sem medo de represálias.

11. A rectificação desta questão essencial e a libertação da energia positiva dos jovens timorenses exigirá um elevado grau de compromisso do Governo, assim como uma abordagem abrangente e a longo prazo. A transformação dos jovens desiludidos de hoje nos pioneiros económicos de amanhã requer uma estratégia nacional holística e a designação clara de um gabinete poderoso do Governo para a conduzir. Os principais componentes desta estratégia precisarão incluir:

- Esforços para manter os jovens na escola (ponto 15), visto que tanto o indivíduo como a sociedade saem a ganhar quando os jovens terminam os seus estudos; são também necessários programas de ‘segunda oportunidade’ que encorajem jovens que abandonaram os estudos a regressarem à escola;
- Atacar o desemprego entre os jovens, em grande parte dado que os jovens desempregados são susceptíveis a manipulação e a serem arrastados para comportamentos de violência e de risco. Levando em conta as capacidades institucionais, o Banco Mundial acredita ser viável estabelecer um programa de obras públicas a nível nacional que empregue pelo menos 50.000 trabalhadores durante 50 dias por ano de início, aumentando para 100.000 trabalhadores durante 75 dias a um custo anual de cerca de US\$ 25 milhões. Este programa poderá ser orientado para os jovens, assim como para os pobres (ponto 15).

- Ligação dos jovens com as suas comunidades, revigorando os centros de jovens e procurando formas de envolver os jovens na construção nacional, por exemplo através da criação de conselhos representativos dos jovens, com responsabilidades importantes no processo de desenvolvimento.

Prioridade Quatro – Criação de um Ambiente para o Investimento Privado

12. Timor-Leste é tido como o segundo pior país no mundo em termos de facilidade de fazer negócios, classificando-se num embaraçoso 174º lugar entre os 175 países indicados nos relatórios de *Fazendo Negócios* do Banco Mundial / Corporação Financeira Internacional. Muitos procedimentos administrativos são pesados e dispendiosos; os tribunais estão sobrecarregados e são ineficazes, e a resolução de disputas contratuais e laborais é praticamente impossível; as infra-estruturas são más e os custos relativos aos negócios são muito elevados (os custos com telecomunicações são quatro vezes superiores aos registados na Indonésia, sendo que os vencimentos são várias vezes superiores aos praticados em países vizinhos); os serviços de apoio a negócios, tais como práticas de contabilidade, auditoria e direito legal, são praticamente inexistentes.

13. À medida que a riqueza petrolífera do país começa a ser investida, os adjudicatários e investidores serão atraídos para o país – mas só se o ambiente empresarial for corrigido. Os passos imediatos que podem ser tomados incluem:

- Aprovação da Lei sobre Terras, redigida em 2005, que clarifica a pertença e facilita a venda de terras; uma vez em vigor, esta lei irá encorajar o uso de terras como garantia e deverá impulsionar investimentos no desenvolvimento agrícola e conservação de recursos. A Direcção de Terras e Propriedades do Ministério da Justiça também deverá começar a trabalhar na construção de um registo de propriedade de terras e de mapeamento, apoiado por assistência técnica apropriada da parte de parceiros de desenvolvimento;
- A emenda de leis inconsistentes e demasiado complexas irá reduzir a burocracia e encorajar novos investimentos; exemplos de legislação que precisa de revisão incluem a Lei das Sociedades Comerciais (lei de empresas), o Código de Registo Comercial (registo de empresas) e as leis de investimento. Em finais de 2006 o Conselho de Ministros considerou uma proposta para facilitar os procedimentos de criação de empresas, mas esta ainda não foi aprovada e implementada;
- Apoio ao crescimento das microfinanças: medidas de apoio que incluam provisões para a transferência segura de dinheiro por todo o país, o estabelecimento de um registo de crédito e a exploração de opções para prestação de seguros. Ao mesmo tempo o Governo deve evitar prestar garantias de crédito ou estabelecer novos bancos: é necessário acesso a capital de investimento, mas este pode ser prestado de forma mais eficiente em termos comerciais por bancos e instituições de microfinanças estabelecidos.

Prioridade Cinco – Melhoria da Prestação de Serviços

14. Em Outubro de 2006 o Conselho de Ministros aprovou uma política de descentralização segundo a qual autoridade e recursos seriam devolvidos a 30 a 35 novos municípios soberanos. Esta iniciativa deve ser reconsiderada. Embora a descentralização possa, a seu tempo, autonomizar comunidades locais e aproximar os serviços públicos da população, o resultado imediato no contexto timorense seria o enfraquecimento da prestação de serviços e da responsabilização financeira, numa altura em que o Governo precisa assegurar serviços efectivos e eficazes por todo o país. A localização de pessoal para as novas estruturas propostas iria também colocar dificuldades às existências actualmente limitadas de pessoal qualificado. Recomenda-se assim uma abordagem mais cautelosa.

- Um passo preliminar pode ser o mapeamento de sistemas de prestação de serviços existentes a nível local, assim como a identificação de lacunas de serviços;
- As lacunas identificadas, bem como planos para o alargamento e melhoria da qualidade dos serviços, podem então ser tratados através de uma maior delegação de autoridade de planeamento, aprovisionamento e gestão financeira a nível de distrito e subdistrito, juntamente com um maior grau de envolvimento comunitário na programação e monitorização de serviços;
- Ao mesmo tempo, é possível fortalecer a promessa de mecanismos tais como as novas iniciativas orçamentais de distrito, o Programa de Desenvolvimento Local e projectos de Conselhos de Sucos, havendo também um apoio mais sistemático da parte do Governo Central, em especial no que se refere á gestão financeira;
- Esta abordagem dará tempo para explorar e testar modelos apropriados de descentralização, mas sem arriscar retrocessos na prestação dos serviços através dos quais a população irá julgar a eficácia do novo Governo.

Prioridade Seis – Protecção dos Mais Vulneráveis

15. A riqueza petrolífera de Timor-Leste possibilita um programa prudente de subsídios visados para os pobres e pessoas em situação vulnerável; estes não só aumentarão a igualdade, como também contribuirão materialmente para a formação do capital humano essencial ao crescimento sustentado. A curto prazo, há várias possibilidades que vale a pena explorar, tendo sempre em atenção a questão da sustentabilidade ao longo do tempo. Estas incluem:

- O programa de obras públicas mencionado no ponto 11 acima;
- Um programa de transferências modestas para pessoas com deficiência, e pensões para os idosos (bem como o início do pagamento de pensões de veteranos);
- Transferências de dinheiro à condição (TDCs) na área da saúde e educação, as quais registaram benefícios claros em muitos países e podem ser testadas de forma útil em Timor-Leste. As TDCs prestam pagamentos em dinheiro a famílias pobres e promovem metas de saúde ou educação, como sejam a vacinação de crianças, prestação de serviços em instalações de saúde ou envio de crianças para a escola/manutenção de crianças na escola.

II. Notas Sectoriais

Documento Breve sobre Desenvolvimento Económico e Social

1. Nota Sectorial: Agricultura

Panorama

A agricultura domina a economia de Timor-Leste e constitui o modo de subsistência da maioria dos timorenses. A agricultura representa 30% do PIB não petrolífero, sendo que 80% da população está dependente da agricultura, silvicultura e pescas para a sua subsistência. Um terço das famílias timorenses depende exclusivamente da agricultura de subsistência. 98% usam lenha como a sua principal fonte de energia. Porém a produtividade agrícola é baixa, sendo que os problemas de qualidade também prejudicam as exportações. A melhoria da produtividade, incluindo a resposta a perdas devidas ao estragar de produtos e a pestes, a melhoria da qualidade das colheitas agrícolas, o aumento do investimento em áreas rurais e o tratamento da questão da propriedade de terras¹ são passos essenciais na redução da pobreza rural e na melhoria da segurança alimentar.

Questões Principais

- ***Melhoria da produtividade agrícola.*** A produtividade pode ser aumentada através de um sistema de extensão agrícola funcional. Isto inclui o teste e a promoção da adopção de melhores variedades de sementes, melhoria da gestão das águas e das práticas de criação de animais. A mitigação de perdas agrícolas devido ao estragar de produtos e a pestes, tais como roedores e insectos (actualmente com incidência muito elevada), irá também melhorar a produtividade e reduzir a vulnerabilidade a escassezas de alimentos.
- ***Desenvolvimento de mercados agrícolas.*** O investimento em mercadorias de valor acrescentado e de exportação é essencial. A provisão de melhores informações sobre preços e oportunidades de exportação ajudará a estimular os mercados agrícolas. Mercados funcionais contribuirão para reduzir a vulnerabilidade a escassezas de alimentos.
- ***Melhoria da produtividade agrícola e diversificação de fontes de rendimentos rurais através de melhor clima de investimento privado em áreas rurais.*** A aprovação da lei sobre terras e a criação de um sistema de registo de terras são essenciais para o aumento do investimento. A melhoria das infra-estruturas rurais, incluindo em termos de transporte e electricidade, e o acesso ao crédito, são também importantes.
- ***Gestão da degradação ambiental.*** Há uma pressão tremenda sobre as terras agrícolas, de pasto e de floresta, com impacto na produtividade agrícola. O fluxo de serviços ambientais (por exemplo hidrológicos e de controlo da erosão) pode ser perturbado caso a terra não seja gerida de forma sustentada.

¹ A propriedade de terras é também abordada na secção sobre Desenvolvimento do Sector Privado deste Documento.

O Sector

As colheitas alimentares (milho, arroz, amendoim, cassava e batata doce), as colheitas de árvores (noz molucana, coco, café, canela e cravo) e a criação de animais são os principais produtos agrícolas de Timor-Leste. O café é a principal exportação não petrolífera, sendo que aproximadamente 28% das famílias têm algum rendimento proveniente do café. As pescas costeiras são extremamente ricas, porém encontram-se numa faixa estreita do recife e conseqüentemente são particularmente vulneráveis a uma exploração excessiva. Os recursos marítimos incluem atum, tartarugas e camarões, todavia a dimensão e situação destes recursos é em grande parte desconhecida.

É possível criar empregos no sector agrícola, em particular através de investimento no sector privado e do desenvolvimento do mercado de exportações. A nova Direcção de Negócios Agrícolas no Ministério da Agricultura e Pescas (MAP) está a incidir na remoção de condicionalismos ao desenvolvimento de negócios agrícolas. Porém isto não é suficiente para cobrir toda a procura, sendo necessárias acções noutros sectores, como sejam a melhoria das infra-estruturas rurais.

A produtividade agrícola em Timor-Leste é baixa. As colheitas são fracas (algumas das mais fracas na região), com as colheitas de milho a produzirem em média cerca de 1.4 MT/ha e as colheitas de arroz a gerarem em média 1.5 MT/ha. O acesso a contribuições e tecnologias de qualidade, assim como a adopção destas, são limitados. Para lá disto, devido à forte dependência da agricultura de subsistência, os agricultores timorenses estão muito vulneráveis a escassezas de alimentos. 70 a 80% das aldeias reportam escassezas de alimentos entre Dezembro e Janeiro. Esta vulnerabilidade pode começar a ser tratada por investimentos que conduzam à diversificação dos rendimentos dos agricultores fora das quintas, promovendo sistemas de aviso atempado que avisem os agricultores em anos de seca, redes de segurança para os mais vulneráveis, investimento em sistemas de irrigação que possam ser mantidos facilmente, e promoção de variedades de plantas resistentes a eventos climáticos extremos.

Um grande problema no sector é a fraca gestão dos recursos naturais e a cada vez maior degradação ambiental. O desafio consiste em integrar as preocupações ambientais em estratégias de crescimento agrícola. As intervenções prioritárias no sector dos recursos naturais incluem a preservação das existências genéricas de sândalo, a co-gestão das plantações florestais, florestas naturais e áreas costeiras com as comunidades locais, e a melhoria da gestão dos recursos marítimos. Isto pode ser conseguido fazendo uso e melhorando os sistemas de direito consuetudinário e comunal. A co-gestão com as comunidades é viável através de leis municipais ou memorandos de entendimento com o Governo. A gestão dos recursos marítimos continua a ser uma preocupação, em face do elevado potencial de corrupção e de exploração sem escrúpulos.

O MAP depara-se com um desafio fundamental em termos de ajudar os agricultores a ajustarem-se a mercados muito diferentes dos que vigoravam antes de 1999, ao mesmo tempo que lidam com um menor apoio da parte do estado e com uma administração pública mais reduzida. O MAP concentrou recursos e esforços no fortalecimento da capacidade institucional na prestação de serviços. Um desafio essencial é a fraca capacidade e o reduzido número de

mão-de-obra qualificada. De modo a responder a alguns dos problemas específicos, o Governo terá de estabelecer um sistema eficaz de conhecimentos e informações. Será também necessário formular políticas e programas que abordem a produtividade e a saúde agrícola, e que promovam o desenvolvimento de novos mercados através do fortalecimento de cadeias de abastecimento de produtos. As áreas prioritárias a curto prazo são (a) formação profissional (pós-graduação) para elementos de topo em áreas tais como engenharia de irrigação, economia agrícola e saúde animal; (b) reestruturação organizacional para melhor integrar serviços do MAP; e (c) desenvolvimento de parcerias com ONGs e com o sector privado no que diz respeito à prestação de serviços agrícolas.

O Plano de Desenvolvimento Nacional de Timor-Leste visa ter indústrias agrícolas, florestais e pesqueiras sustentáveis, competitivas e prósperas, que apoiem a melhoria do nível de vida até 2020. Foram formuladas cinco prioridades estratégicas segundo o plano: (a) melhorar a segurança alimentar e aumentar a auto-suficiência; (b) aumentar a produção e comercialização de valor acrescentado; (c) conseguir a produção e gestão sustentáveis dos recursos naturais; (d) fortalecer o equilíbrio do comércio através da promoção de exportações de produtos; e (e) aumentar os rendimentos e o emprego em áreas rurais. Existem Programas de Investimento Sectorial (PIS) para “Agricultura e Criação de Animais”, “Florestas”, e “Pescas”. Estes estão actualmente a ser revistos.

Factos e Números

Principais números do sector

População rural (% do total da população)	2005	73.5
Crescimento da população rural (% anual)	2005	4.8
Agricultura, valor acrescentado (% do PIB)	2004	31.6
Agricultura, valor acrescentado (crescimento % anual)	2004	10.1
Produção de cereais (kg por hectare)	2005	1.926.2
Melhoria de fonte de água, rural (% da população rural com acesso)	2004	56.0
Índice de produção de alimentos (1999-2001 = 100)	--	113.0
Terra arável (% da área terrestre)	--	8.2
Terra de cultivo (% de área terrestre)	--	4.6

Fonte: Banco Mundial (2005)

Produção e valor dos principais produtos agrícolas, incluindo percentagem de famílias com colheitas

Produto	Valor (\$1.000)	Produção (MT)	Famílias com Colheitas (%)
Arroz, Arroz com Casca	13.938	65.433	26 ²
Café, Verde	11.446	14.000	28 ³
Carne de Porco Indígena	10.208	10.080	--
Milho	8.154	70.175	81
Raízes e Tubérculos	5.149	43.000	--
Legumes Frescos	3.002	16.000	--
Cassava	2.992	41.525	68
Batata Doce	2.613	26.000	44

Fonte: FAO (2005) para dados de produção; Estudo das Famílias em Timor-Leste (2002) para percentagem de famílias com colheitas

² Todos os ecossistemas (não apenas o arroz com casca).

³ Inclui cerejas e feijões secos.

2. Nota Sectorial: Comunicação

Panorama

As comunidades timorenses são mal servidas em termos de meios de comunicação social, telecomunicações e esforços de informação do Governo, o que leva a um acesso insuficiente à informação. Os canais de comunicação entre instituições do estado, entre Governo e sociedade civil, e entre Governo e público continuam subdesenvolvidos. A comunicação ineficaz entre o Governo e o público foi identificada como tendo contribuído para a crise de 2006, ao mesmo tempo que limitou a capacidade das instituições do estado para responder à crise. A disseminação sistemática de informações ao público por parte do Governo é essencial para uma implementação efectiva de programas do Governo, para a responsabilização e para contrariar rumores e informações erradas. É igualmente um direito humano fundamental. De presente a maior parte das instituições do estado têm qualificações, mecanismos e sistemas que não estão suficientemente desenvolvidos para permitirem uma partilha regular de informações a nível interno ou com o público.

Questões Principais

- ***Estabelecimento de instituições do estado como fontes de informações regulares.*** A curto prazo isto pode incluir a nomeação de porta-vozes formados para o Parlamento, gabinete do Presidente, gabinete do Primeiro-Ministro, magistratura, polícia e exército, caminhando para o estabelecimento de unidades de meios de comunicação social em cada instituição do estado. Uma cultura de partilha de informações pode ser reflectida numa política de informação e em protocolos que encorajem a partilha de informações sobre planos, programas e actividades do Governo. Isto irá promover melhores comunicações com a sociedade civil e com o público, assim como melhorar o envolvimento de todos os intervenientes no processo de desenvolvimento.
- ***Fluxos de informações dentro e entre instituições do estado.*** A melhoria do fluxo sistemático de informações dentro das instituições é essencial para a prestação de informações ao público. Dentro de muitas instituições as informações são centralizadas, não dispendo de sistemas para garantir que todos os funcionários estão bem informados a respeito das metas, programas e actividades. O estabelecimento de mecanismos, protocolos e qualificações, bem como de uma cultura de abertura entre os funcionários de topo, pode levar a melhorias no movimento das informações.
- ***Fortalecimento do quadro jurídico-legal para os meios de comunicação social.*** Existem várias áreas nas quais o quadro jurídico-legal vigente para os meios de comunicação pode ser fortalecido, incluindo a legislação, licenciamento de emissão e registo da RRTL, aspectos estes que podem ser abordados através de uma única lei sobre meios de comunicação ou de uma série de leis específicas. De presente a proposta de código penal criminaliza a difamação. Poderá ser útil haver uma maior discussão pública sobre esta

matéria, dado o efeito possivelmente assustador da criminalização da difamação sobre os meios de comunicação incipientes de Timor-Leste.

O Sector

A partilha de informações de instituições do estado com a sociedade civil e com o público não é sistemática. As instituições do estado não dispõem de porta-vozes ou mecanismos para actualizar regularmente o público. A melhoria da disseminação das informações irá depender do desenvolvimento de qualificações, políticas, mecanismos e protocolos de comunicação, incluindo a adição de responsabilidades de comunicação às descrições de cargos de pessoal chave. O trabalho do Gabinete de Informações do Governo (GIG), uma unidade de formação em comunicações sob o gabinete do Primeiro-Ministro, constitui uma base a partir da qual se pode trabalhar. Em funcionamento desde 2004, o GIG forma pessoal ministerial para interagir com os meios de comunicação e com o público. O GIG já formou pessoal de 15 ministérios e instituições do estado, porém os mecanismos para usar estas qualificações não foram instituídos sistematicamente através dos ministérios. Outras medidas poderão incluir a melhoria do portal informático do Governo e a melhoria do acesso à gazeta nacional, o Jornal da República.

A emissora pública nacional, a Rádio Televisão de Timor-Leste (RTTL), é a fonte de informação mais importante do país. Manter a independência da RTTL e melhorar o seu alcance e a qualidade são aspectos essenciais para a melhoria dos fluxos informativos. Em finais de 2006 o alcance da rádio semanal era 78% em Díli, mas muito inferior nos distritos, estando nos 28% em Viqueque.⁴ Para ajudar a corrigir esta situação a RTTL introduziu recentemente cobertura televisiva e novo equipamento de transmissão FM em sete capitais de distrito, devendo passar a abranger outros cinco distritos em breve. Para lá disto está a ser instalado um novo transmissor AM, o qual irá garantir uma cobertura de quase 100% em todo o país.

Enquanto emissora nacional de serviço público a RTTL é financiada a partir do orçamento do estado, porém deve permanecer independente. Somente o estado possui recursos suficientes para suportar uma estação de rádio e televisão com cobertura nacional. As estações de rádio comunitárias são importantes na prestação de notícias e de programas linguísticos a nível local, mas têm pouca capacidade para prestar notícias nacionais. A RTTL é actualmente regida pela lei 2002/6 Sobre o Estabelecimento do Serviço Público de Difusão em Timor-Leste, emendada em 2004. A actual lei pode ser fortalecida através de maior clareza relativamente à relação do difusor com o Governo, havendo mais salvaguardas da independência.

Existem lacunas no quadro regulador para os meios de comunicação. Não existe órgão para licenciar ou regular estações de rádio e televisão, incluindo critérios para estabelecimento, estrutura de governação, ou atribuição e gestão de frequências. A responsabilização dos profissionais dos meios de comunicação pode ser reforçada em grande medida através do uso de várias opções de regulação, com aplicação de sanções. Isto pode ser abordado por legislação ou por via de auto-regulação por parte de um órgão profissional, tal como um conselho de imprensa. A auto-regulação através de um conselho de imprensa pode ser a solução mais prática para Timor-Leste. Esta escolha pode ser sustentada por processos civis em vez de criminalização. A

⁴ Fundação Hironnelle, *Estudo sobre os Meios de Comunicação Nacionais de Timor-Leste, Relatório Final*. Maio de 2007.

elaboração da lei ou leis sobre meios de comunicação terá essencialmente de passar por consultas com os meios de comunicação social, a sociedade civil e o público.

O alargamento do alcance dos meios de comunicação e da informação pública do Governo a áreas rurais irá requerer criatividade. Por exemplo, pode-se fazer uso das TVs e leitores de DVD em cada suco como parte do programa de alfabetização do Ministério da Educação. O Governo pode também examinar a possibilidade de subsidiar a distribuição de jornais diários a todas as escolas, hospitais e gabinetes do Governo.

Factos e Números

Associações de Jornalistas: Associaun Journalista Timor-Lorosa'e, Sindicato, Associaun Radio Kommunitade Timor-Leste, Press Club

Jornais Diários: Timor Post, Suara Timor-Lorosa'e, Diário Nacional

Jornais Semanais: Tempo Semanal, Journal Labarik, Seminário Nacional, Lifau Post

Estações de Rádio – Estações de Rádio Comunitárias de Díli (6): Rádio Lourico Lian, Rádio Rakambia, Rádio Klibur, Rádio Falintil, Rádio Voz, Rádio Atauro; ***Estações de Rádio***

Comunitárias de Distrito (13): RC Povo Viqueque, RC Lifau Atoni, RC Café Ermera, RC Baucau, RC Covalima (fora do ar em Junho de 2007), RC Ainaro, RC Aileu, RC Maliana, RC Los Palos, RC Manatuto, RC Ainaro, RC Bobonaro, Rádio Liquiçá; ***Estações da Igreja (2):*** Rádio Timor Kmanek, Baucau

Tabela 1 – Fonte Mais Importante de Informação

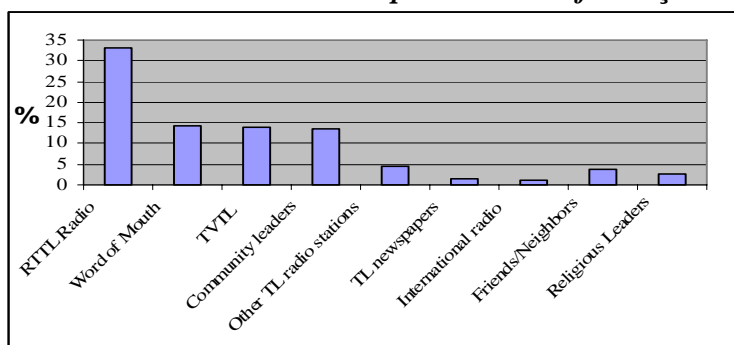


Tabela 2 – Estações de Rádio com mais Audiência

Estação	Alcance Semanal	Conhesimento Spontanio
RTTL	35%	58.7%
Rádio Timor Kmanek	16%	27.2%
Rádio Rakambia	8.9%	14.4%
Rádio Falintil	5.5%	9.6%
Rádio Povo Viqueque	6.5%	3.1%
Rádio Klibur	4%	4.7%
Rádio Austrália	3.6%	5.4%
BBC	3.4%	3.8%
Rádio Lorico Lian	3.3	3.6%
Radio Baucau	2.4	5.2%

Fonte: Fundação Hirondele, *Estudo Nacional sobre os Meios de Comunicação Social de Timor-Leste, Relatório Final, Maio de 2007.*

Documento Breve sobre Desenvolvimento Económico e Social

3. Nota Sectorial: Economia e Crescimento Económico

Panorama

Desde a independência Timor-Leste fez enormes progressos no que diz respeito à criação das instituições de estado essenciais para a condução da economia. Contudo o desempenho económico em termos de crescimento, geração de emprego e redução da pobreza tem ficado aquém das expectativas. Com poucas perspectivas imediatas de investimento privado, os gastos do Governo são a principal fonte de crescimento económico a curto prazo. Com a subida das receitas petrolíferas, o estado já não está condicionado como antes no que se refere a investimentos e gastos públicos. Todavia a baixa capacidade continua a ser o principal condicionalismo à execução dos investimentos planeados e do gasto produtivo dos recursos. A curto prazo será importante que sejam tomadas medidas para melhorar a capacidade de execução, juntamente com esforços para desenvolver uma rede de segurança social, de modo a impulsionar o crescimento económico e a prestar apoio às pessoas em situação vulnerável. A fim de promover o crescimento a médio prazo serão necessários passos para melhorar as condições de investimento privado e de empresariado.

Questões Principais

- ***Crescimento nos rendimentos petrolíferos.*** Timor-Leste tem actualmente grandes excedentes orçamentais e externos, bem como uma acumulação de poupanças no fundo petrolífero mais rápida que o esperado. Isto constitui uma base de recursos importante para desenvolver a economia e reduzir a pobreza. O crescimento das receitas petrolíferas significa que os gastos orçamentais “sustentáveis” – gastos que podem continuar por todo o sempre – estão actualmente estimados acima dos \$300 milhões por ano. Este valor deverá provavelmente crescer assim que os recursos da parte timorense do campo Greater Sunrise comecem a surgir, mas poderão variar de acordo com os preços mundiais da energia.
- ***Os resultados económicos ao longo dos últimos cinco anos têm sido fracos.*** A economia não petrolífera estagnou e o desemprego e a pobreza são elevados e a aumentar. Praticamente todos os timorenses ganham a vida nos sectores não petrolíferos da economia. Todavia, o rendimento per capita na economia não petrolífera é cerca de 20% inferior em termos reais ao verificado em 2002. Ao mesmo tempo, o rendimento nacional por pessoa, incluindo o sector petrolífero, passou para o dobro devido a maiores receitas do petróleo (Tabela 1). Em 2001 estimou-se que cerca de 40% da população era pobre, sendo que este número deve ter aumentado de forma significativa, em face do declínio nos rendimentos per capita não petrolíferos reais entre 2001 e 2006.
- ***O investimento público ou privado mínimo resultou em poucas novas oportunidades de emprego.*** Em 2005 o desemprego geral em Díli estava estimado nos 27%, enquanto que o desemprego dos jovens (entre os 15 e os 24 anos) estava estimado nos 40%. Com cerca de metade da população abaixo dos 18 anos de idade, o desemprego urbano está destinado a aumentar excepto se for possível sustentar um forte crescimento económico. De acordo com um

relatório recente da FAO / PMA, até 220.000 timorenses irão precisar de assistência alimentar durante os meses magros de Outubro de 2007 a Março de 2008.

O Sector

O mecanismo principal para impulsionar a economia a curto prazo será o aumento dos gastos do Governo. Nas actuais circunstâncias de fragilidade social, não se pode realisticamente esperar que o investimento privado na economia local (isto é, fora do sector da energia no mar) vá liderar a economia.

O Governo precisará assim de melhorar substancialmente a sua capacidade para executar prioridades de despesa, conforme reflectido nos seus orçamentos anuais. Os orçamentos no passado têm infelizmente sido caracterizados por uma fraca execução, em particular no que se refere às despesas de capital. Por exemplo, em finais do terceiro trimestre do AF de 2006-07, menos de 3% das despesas de capital haviam realmente sido desembolsados, frustrando objectivos legítimos de desenvolvimento. Uma execução orçamental mais forte permitirá que o desenvolvimento e reconstrução de infra-estruturas avancem como pretendido, constituindo assim a base para aumentar os rendimentos através da geração de emprego. As instituições internacionais forneceram recomendações específicas para acelerar a execução orçamental.⁵ De especial importância é a delegação de responsabilidades específicas, em particular no caso do aprovisionamento, tanto dentro como entre os ministérios, de acordo com a capacidade disponível e com vista a desbloquear engarrafamentos. Devem também ser feitos esforços para fortalecer a capacidade preenchendo posições de gestão e assessoria vagas com pessoal local ou internacional. Outros passos vitais dizem respeito a provisões para um maior acesso e utilização de software de gestão financeira por parte de ministérios operacionais e ao uso de Gabinetes de Gestão de Projecto com financiamento externo para impulsionar a capacidade local a curto prazo. Deve igualmente ser considerada a adjudicação internacional de projectos de infra-estruturas de grande dimensão, devendo os conhecimentos estrangeiros ser usados como forma de aumentar o investimento e a criação de emprego.

Existe uma necessidade urgente para desenvolver uma rede de segurança social para fornecer apoio imediato aos segmentos pobres e vulneráveis da população. A curto prazo, vale a pena considerar os seguintes programas: (i) um programa de obras públicas que ofereça emprego com baixos vencimentos àqueles entre os pobres que podem trabalhar; (ii) um programa de transferência para os deficientes; (iii) um programa de alimentação escolar ou de transferência de dinheiro à condição que melhore as taxas de matrícula e retenção para crianças em idade escolar; e (iv) um programa modesto de transferência de dinheiro universal para partilhar uma fracção dos ganhos das receitas petrolíferas crescentes com a população. Estes programas podem não só ter resultados positivos imediatos em termos de redução da pobreza, como também podem contribuir directamente para o aumento da absorção de mão-de-obra na economia, melhorando a segurança alimentar das famílias e desenvolvendo o capital humano que tão necessário será para o crescimento futuro.

A médio prazo, a economia de Timor-Leste só poderá prosperar caso as condições para o investimento privado e o empresariado se tornem mais favoráveis. A este respeito é também

⁵ Ver, por exemplo, o Auxiliar de Memória do Banco Mundial datado de 26 de Julho de 2006.

necessário um melhor ambiente empresarial. À luz da posição e das perspectivas fiscais confortáveis, pode-se justificar a redução ou simplificação de tarifas de importação e de impostos sobre rendimentos para a economia não petrolífera (mas não de pagamentos de utilização ou de serviços públicos), como parte de um esforço global para melhorar a atracção de Timor-Leste enquanto destino de investimento privado. Isto será também preferível a incentivos ou preferências fiscais elaborados, os quais são complexos de implementar, em particular devido aos condicionalismos de capacidade.

Factos e Números

Tabela 1. Timor-Leste: Principais Indicadores Económicos

	2002	2003	2004	2005	2006 e/
Produção e Preços					
PIB (não petrolífero), taxa de crescimento real	-6.7	-6.2	0.3	2.3	-1.6
Inflação, % de alteração	9.5	4.2	1.8	0.9	5.7
PNB, a preços actuais, \$ milhões	352	349	507	692	847
PIB não petrolífero	343	336	339	350	356
Rendimentos do petróleo e do gás	9	13	168	342	492
População, milhares	892	922	952	983	1015
PIB não petrolífero per Capita, \$	385	364	356	356	351
PNB per Capita, \$	395	378	532	704	835
Sector Externo, \$ milhões					
Exportações de Mercadorias	6	8	8	9	8
Importações de Mercadorias	218	194	163	137	141
Balança Comercial	-211	-186	-154	-127	-133
Serviços, líquidos	-44	-37	-32	-27	-33
Rendimentos Externos, líquidos	4	4	43	83	117
Direitos e juros do petróleo e gás	2	2	39	79	115
Transferências Correntes, líquidas	123	134	246	363	460
Rendimentos fiscais do petróleo e gás	7	11	129	264	377
Assistência Internacional	116	123	118	100	82
Saldo de Contas Correntes	-128	-85	103	292	411
Conta Capital e Financeira	148	103	18	49	71
Transferências de capital oficial	59	44	41	41	44
Saldo Global	20	18	121	341	482
Operações Fiscais (Orçamento do Governo Central, método de caixa, ano fiscal (Julho a Junho)), \$ milhões					
	AF02-03	AF03-04	AF04-05	AF05-06 p/	AF06-07 T1-T3
Total das receitas, inc. concessões	81.3	105.4	336.7	485.0	702.1
Receitas do petróleo e do gás	30.9	40.3	261.0	448.0	674.3
Receitas domésticas	19.3	29.2	36.9	33.4	27.8
Despesas	68.5	68.4	71.4	93.0	80.8
Despesas correntes	53.3	53.1	56.4	66.3	75.2
Despesas de capital 1/	4.7	2.4	2.8	15.7	5.6
Saldo Fiscal Global	12.8	37.0	265.3	392.1	621.3
Memo: Poupanças Acumuladas Petróleo e Gás	10.5	13.9	70.1	649.8	1,218.0

e = estimativa, p = preliminar;

1/ \$10.5 milhões dos \$15.7 milhões de despesa capital para o AF de 2005-06 foram para a capitalização da ABP

Fontes: Autoridades de Timor-Leste, FMI e Banco Mundial

Documento Breve sobre Desenvolvimento Económico e Social

4. Nota Sectorial: Educação

Panorama

Houve algum progresso na educação desde a independência. O aumento no número total de crianças matriculadas na escola é contrabalançado pela necessidade de acomodar a população em idade escolar que regista um rápido crescimento, professores mal preparados, infra-estruturas físicas insuficientes ou fracas, má execução orçamental e falta de acesso a manuais e outros materiais de ensino e de aprendizagem. As taxas de abandono e reprovação são elevadas – somente 46% das crianças que iniciam o ensino primário chegam ao sexto ano e apenas 80% das crianças que iniciam o liceu chegam ao nono ano. O Ministério da Educação está a implementar um Plano Estratégico para a Conclusão Universal do Ensino Primário, que visa possibilitar que, até 2015, todas as crianças em Timor-Leste completem um ensino primário de qualidade. O Ministério da Educação ainda não delineou uma estratégia para o ensino secundário e superior.

Questões Principais

- ***Estabelecimento de um forte corpo docente:*** Um primeiro passo será a articulação de uma estratégia de formação de professores que ilustre o modo como o Governo irá estabelecer, manter e formar professores capazes. As acções concretas necessárias são: (i) uma determinação da necessidade (números por nível / local) no médio a longo prazo; (ii) estabelecimento de programas de serviço e pré-serviço, e desenvolvimento de locais para formação; (iii) aprovação de quadro de competências de professores; e (iv) programa de incentivo para apoiar a colocação de professores e o desenvolvimento profissional / caminhos de carreira contínuos.
- ***Aumento do actual limite de aprovisionamento para \$250.000:*** De presente o Ministério da Educação tem autoridade para processar internamente contratos até US\$ 100.000, porém isto é agora insuficiente já que a maior parte dos contratos de construção de escolas têm um valor superior. O aumento do limite para \$250.000 ajudará o Ministério da Educação a cumprir a construção / reabilitação planeadas de 120 escolas em 2007/08. Isto é vital, uma vez que 83% das salas de aula requerem reabilitação ou substituição.
- ***Melhoria da forma como os idiomas oficiais são ensinados aos professores e nas escolas:*** A avaliação do modo como o português e o tétum são actualmente ensinados nas escolas, com apoio da língua materna, será um primeiro passo importante para concretizar a meta declarada de ter todas as crianças fluentes em português e em tétum no final do sexto ano. Uma estratégia para o ensino efectivo dos dois idiomas oficiais precisará levar em conta que cerca de 60% das crianças não falam nenhuma destas duas línguas nas suas comunidades.
- ***Acesso a manuais de alta qualidade:*** A maior parte das escolas não dispõe de manuais e outros materiais de instrução. A fim de apoiar este objectivo, o Ministério da Educação deverá estabelecer procedimentos efectivos e transparentes para desenvolver, seleccionar, aprovisionar e distribuir livros e outros materiais de ensino.

- ***Continuação e melhoria do Esquema de Concessões Escolares:*** O programa foi iniciado em finais de 2006. Até aqui foram desembolsados para as escolas US\$ 900.000. Existem evidências de que é necessário fortalecer a concepção de programa do Ministério da Educação, bem como de que é possível melhorar as salvaguardas do programa, a monitorização do programa e a avaliação das necessidades das escolas.

O Sector

Com uma das taxas de fertilidade mais elevadas no mundo, a sociedade timorense é muito jovem, com cerca de 50% da população abaixo dos 15 anos de idade. Isto irá colocar pressão sobre o Governo no sentido de aumentar constantemente o número de salas de aula, livros e professores para o número crescente de crianças que ingressam na escola a cada ano.

A competência dos professores é a contribuição mais importante para as escolas. Para que a qualidade da educação possa aumentar substancialmente, é essencial que o Ministério da Educação fortaleça a formação pré-serviço e em serviço dos professores e que cumpra os padrões no que toca à sua prestação, fiscalização e avaliação de impacto. Foi desenvolvido um quadro de competências de professores, descrevendo os padrões mínimos exigidos a um professor em Timor-Leste. Prevê-se que sirva como ferramenta para o Ministério da Educação garantir que toda a formação a professores prestada tem um nível adequado e que é concebida e ministrada de forma adequada.

Nenhuma escola em Timor-Leste tem materiais de aprendizagem adequados. O único material que todos os alunos primários e de liceu recebem actualmente é a revista *Lafaek*. A *Lafaek* é produzida e distribuída pela CARE. O Ministério da Educação financia a revista e tem controlo editorial geral. Para lá disto, em 2006/07 foram distribuídos materiais de ensino e aprendizagem concebidos em Timor-Leste para o primeiro ano, a fim de apoiar o novo currículo primário. Os materiais para os outros anos de escolaridade seguir-se-ão ao longo dos próximos anos, à medida que o novo currículo primário vai sendo alargado. São necessários mais materiais – tanto manuais como materiais de ensino e aprendizagem. O ministério precisa estabelecer critérios de selecção e processos de aprovisionamento transparentes que garantam tanto a qualidade como a efectividade relativamente ao custo. O ministério precisa também criar capacidade para o desenvolvimento de materiais, bem como para a avaliação e selecção de recursos externos. É também importante que os manuais reflectam o novo currículo, o que nem sempre foi o caso.

Menos de 50% dos alunos têm o tétum como língua materna. Muito menos do que isso falam português quando entram para a escola. As crianças podem ter problemas linguísticos e conceptuais na sala de aula, quando procuram transitar da sua língua materna para tétum e / ou português nos primeiros anos. É possível que não consigam ler e escrever devidamente em nenhum dos idiomas, sendo assim mais provável que abandonem a escola. Estudos mostram que as qualificações básicas de alfabetização e fazer contas são melhor aprendidas quando ensinadas na língua materna, e que um idioma adicional é melhor aprendido quando as crianças iniciam o processo na sua língua materna. Estudos mostram também que línguas adicionais são melhor aprendidas quando as práticas de ensino partem do conhecimento de que estas línguas não são línguas maternas. A fim de promover um sistema de educação de qualidade, é fundamental que se avalie o modo como o tétum e o português são ensinados na escola, assim como que o Ministério da Educação e todos os Parceiros de Desenvolvimento trabalhem de perto no

desenvolvimento urgente de uma formação planeada e contínua de professores, que lhes permita adquirirem competências específicas em ambos os idiomas oficiais.

O aproveitamento dos alunos é fraco. Como exemplo, um estudo em 2006 apurou que 80% dos alunos do terceiro ano não tinham conseguido obter um nível mínimo de aprendizagem em matemática. É muito provável que a fraca qualidade do ensino seja um factor que contribui fortemente para as elevadas taxas de reprovação e abandono. É necessário que haja um sistema de avaliação abrangente e uniformizado para determinar o desempenho individual e do sistema.

Em finais de 2006 o Ministério da Educação e Cultura iniciou um programa de concessões escolares a nível nacional para substituir o “caixa escolar”. Os fundos são desembolsados para as escolas através dos directores de distrito. As escolas gastam estas concessões de acordo com as suas próprias necessidades (por exemplo reparos menores), embora muitos directores de escolas não estejam certos em relação às formas como podem gastar as concessões. As concessões escolares são um bom veículo para transferir fundos a nível escolar e para envolver os pais, podendo consequentemente contribuir para um melhor ensino. As Associações de Pais e Professores (APPs) estão a estabelecer bases para o envolvimento das comunidades no processo da educação. O envolvimento das comunidades nas escolas, por exemplo na monitorização de concessões escolares, é muito importante como forma de mobilização social, participação e melhoria da responsabilização das escolas para com os pais.

Embora existam cerca de 16 instituições que prestam ensino superior, não existe qualquer sistema de acreditação ou de controlo de qualidade. Esta falta de regulação significa que não se conhece a qualidade de todas as instituições. Em resposta a esta situação o Ministério da Educação começou a desenvolver esquemas de garantia de qualidade para a secção de ensino superior, elaborando regulamentos e estatutos regendo os padrões e a cooperação no ensino superior.

Factos e Números

Ano Escolar	2003/04	2004/05	2005/06
Primário			
Escolas ¹	744	761	762
Alunos	169.958	169.341	151.393
Professores	4.862	5.415	5.087
Razão Alunos-Professores	36	33	37
Número grosso de matrículas	101	98	87
Número líquido de matrículas	77	77	69 ²
Taxa de reprovação (%)		11	16
Taxa de abandono (%)		12	25
Liceu			
Escolas	120	129	135
Alunos	40.368	41.516	44.651
Professores	1.135	1.652	1.289
Razão Alunos-Professores	36	25	35
Número grosso de matrículas	59	59	62
Número líquido de matrículas	33	31	32
Secundário			
Escolas	55	76	65
Alunos	20,23	24.493	26.433
Professores	670	725	585
Razão Alunos-Professores	31	34	45
Número grosso de matrículas	36	40	41
Número líquido de matrículas	21	34	33

Nota: ¹ Embora o aumento no número de escolas seja relativamente reduzido, estes números ocultam o aumento substancial em termos de salas de aula utilizáveis que teve lugar ao longo dos últimos cinco anos, bem como o facto de um vasto número de escolas ter sido totalmente reabilitado.

² Note-se que o número de matrículas em 2005 foi substancialmente inferior ao registado nos dois anos anteriores. Isto é quase de certeza uma aberração devida ao conflito alargado e disseminado de 2005/06, não devendo ser visto como uma evidência de uma tendência de descida. Isto teve também o efeito de reduzir os indicadores do número grosso de matrículas e do número líquido de matrículas para 2005. Quando os dados dos estudantes deslocados relativos a 2006/07 forem inseridos e processados os níveis de matrículas para 2005/06 poderão ser ajustados e a precisão das séries de tempo poderá ser preservada. Não obstante esse ajuste, em 2003/04 e 2004/05 o total de matrículas diminuiu de facto, ainda que o número de crianças em idade para seguir o ensino primário tenha aumentado mais de 2% durante esse período. A não ser que a taxa de crescimento de matrículas exceda a taxa de crescimento da população em idade escolar, os indicadores de acesso e participação não irão melhorar.

Medição dos Resultados de Aprendizagem:

Percentagem de Alunos incapazes de demonstrar um Nível Mínimo de Aprendizagem

Ano Escolar	Disciplina	Percentagem
3	Tétum	86%
3	Português	96%
3	Matemática	79%
5	Tétum	83%
5	Português	90%
5	Matemática	76%

Nível mínimo de aprendizagem foi definido como a aquisição demonstrada de 50% do currículo, sendo que esses 50% são compostos pelas qualificações consideradas como mais fáceis de adquirir.

Matrículas no Ensino Superior em Timor-Leste

	<i>2005/06</i>	<i>2006/07</i>
1. Universidade Timor-Lorosa'e	10.461	10.467
2. Universidade Díli	1.414	450
3. UNPAZ (Díli)	1.476	1.591
4. Universidade Oriental (UNITAL Díli)	550	858
5. Universidade Mau Lear (UNMA, Díli)	388	340
6. Universidade Comunidade Matebian (UCM, Baucau)	175	176
7. Universidade Dom Matinho Lopes (UNIMAR, Díli)	191	360
8. Universidade Júpiter (UNTER, Díli)	150	N/D
9. Universidade Agrícola Boa Venura (Same)	112	N/D
10. Instituto de Tecnologia de Díli (ITD, Díli e Oecussi)	493	205
11. Escola Católica de Formação de Professores de Baucau	153	150
12. Instituto Superior de Formação de Professores e Ciências	435	
13. ISUFPROCED Aileu – Divisão de Formação de Professores	72	N/D
14. ISUFPROCED Los Palos – Divisão de Formação de Professores	45	N/D
15. Instituto de Ciências Religiosas (ICR, Díli)	135	150
16. Profissional de Canossa (INTEC, Díli)	113	148
17. Instituto de Negócios (IdN, Díli Ocidental)	222	150
18. Academia de Café de Timor-Leste (ETICA, Gleno)	150	207
19. Academia de Sistemas de Gestão Informáticos (CLICK, Díli)	374	110
20. Academia de Relatórios Internacionais (Instituto Superior de Ciências Políticas e Letras, Díli)	180	N/D

5. Nota Sectorial: Ambiente e Recursos Naturais

Panorama

Os países com baixos rendimentos são por norma caracterizados por uma riqueza per capita muito baixa e por uma percentagem muito elevada dessa riqueza na forma de recursos naturais. Como tal, Timor-Leste depende fortemente do capital natural – nomeadamente recursos no subsolo, terras agrícolas e florestas – para a sua subsistência. As reservas petrolíferas representam a fatia mais importante da riqueza natural de Timor-Leste. Todavia a riqueza terrestre é igualmente importante, com 73.5% da população a viver em áreas rurais, onde a agricultura representa 95% do produto. A maior parte do que os pobres nas zonas rurais têm vem da natureza (como por exemplo lenha, produtos florestais que não madeira, e colheitas), em vez de na forma de activos produzidos (por exemplo edifícios e infra-estruturas). A desflorestação e a degradação de terras provocadas principalmente pela agricultura de corte e queimada ameaçam a riqueza natural do país e uma fonte de subsistência para muitos. A degradação de terras nas suas várias formas afectará provavelmente a água (através da erosão que afecta os corpos de água), a biodiversidade (por via da perda de habitats terrestres, recifes de coral e degradação das pescas costeiras), e o solo (através da perda de solo). Para lá disto, outras formas de recursos naturais, tais como as pescas em alto mar, podem ser sujeitas a uma exploração excessiva. Parte do investimento de Timor-Leste no futuro pode ser melhorar as instituições ambientais e o quadro jurídico-legal em Timor-Leste, os quais estão subdesenvolvidos. O país não dispõe da capacidade para enfrentar desafios ambientais, o que lhe permitiria usar a sua riqueza natural de um modo sustentável.

Questões Principais

- ***Travagem da desflorestação e da degradação de terras.*** Timor-Leste tem uma das taxas de desflorestação mais elevadas da região, estando a perder área florestal a um ritmo nunca antes visto. 53.7% da área de Timor-Leste está coberta por floresta, porém a taxa de desflorestação é aproximadamente de 1.2% por ano.
- ***Investimento em programas ambientais e de recursos naturais.*** Timor-Leste dispõe de uma oportunidade única para transformar capital natural finito em outras formas de capital que possam ser exploradas de modo sustentável para o desenvolvimento do país. Para que isto ocorra, é importante investir em programas ambientais e de recursos naturais que travem a degradação ambiental. Estes programas podem fazer um uso intensivo de mão de obra e visar áreas rurais, incluindo por exemplo a reflorestação com espécies nativas, a erradicação da erva siam, e o controlo da erosão. É também vital levar em conta a conservação e a sustentabilidade durante o planeamento e construção de infra-estruturas.
- ***Criação de um quadro legal e institucional apropriado para o ambiente.*** A maior parte dos regulamentos promulgados e propostos são baseados em leis de outros países. Foram adoptados sem que houvesse uma análise crítica da sua adequação às condições verificadas em Timor-Leste. Isto resulta em regulamentos excessivamente pesados nalgumas áreas, tal como acontece com a lei proposta para avaliação do impacto ambiental, que inclui processos

demasiado complexos. Noutras áreas existem lacunas importantes, como por exemplo silvicultura, água, terras e uma lei nacional sobre o ambiente.

O Sector

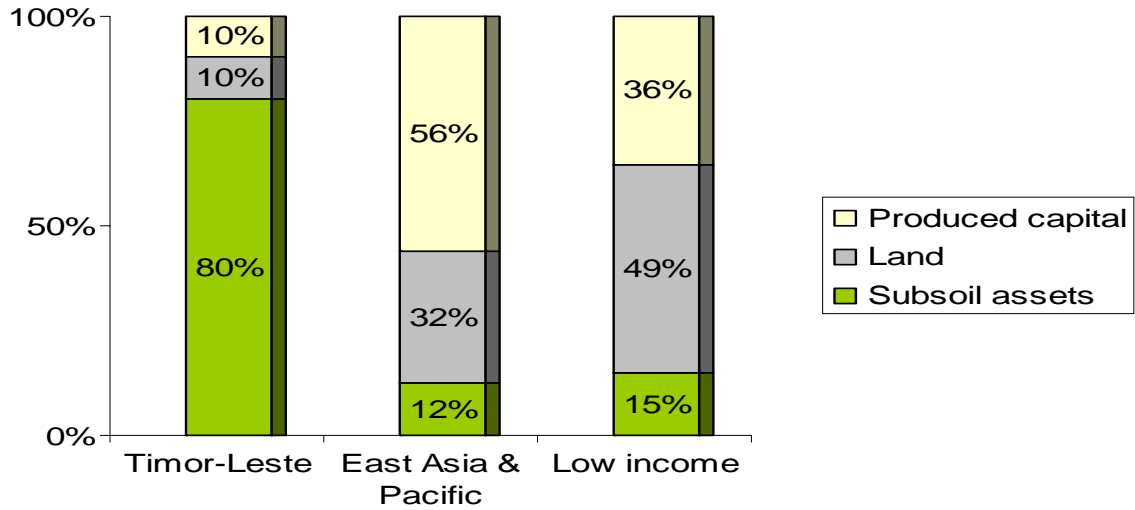
Há muito mais que precisa ser conhecido a respeito do estado do ambiente em Timor-Leste, incluindo as causas da delapidação florestal e da degradação ambiental. Parece pouco provável que a extracção de madeira para lenha seja a principal causa da destruição das florestas. A procura de lenha para famílias e actividades comerciais está aquém do crescimento natural das florestas acessíveis. A conversão da floresta em terreno agrícola será mais provavelmente uma explicação melhor para a desflorestação. 76% da mão-de-obra em Timor-Leste dedicam-se à agricultura de subsistência. Pressupondo que não há crescimento da produtividade e que o crescimento da população em áreas rurais será de quase 5%, é possível que a expansão de terrenos agrícolas para manter uma densidade rural constante possa estar a ter lugar na ordem dos cerca de 15.000 hectares por ano. Caso a expansão tenha lugar em áreas cobertas por floresta, isto representará um declínio na área florestal de cerca de 1.8% por ano. Esta conversão de floresta em terrenos agrícolas não será sustentável.

Embora ainda não tenham sido determinadas causas sociais precisas, é provável que a degradação ambiental com direitos de propriedade mal definidos sobre recursos naturais possa constituir um incentivo para a degradação do ambiente. Pelo menos dois factores relativos à posse de terras parecem impulsionar a limpeza de terras florestais em diferentes partes do país. As florestas não são vistas pelas comunidades como sendo um recurso escasso, daí ser exercido pouco controlo comunitário sobre o seu uso. Em alternativa os direitos de propriedade sobre terras florestais podem não estar tão bem definidos como os relativos a terras agrícolas, podendo dominar um regime de acesso aberto. Para as famílias os benefícios de mais terrenos agrícolas podem superar os benefícios de uma floresta abundante. Os sistemas tradicionais de administração de terras e de disputas sobre posse de terrenos podem também não ser muito bem adequados à conservação de ecossistemas vitais, quando pressionados pela população. Embora a constituição reconheça que o estado é dono dos recursos florestais, estes são tradicionalmente considerados um recurso comunitário, disponível para as necessidades da comunidade. Na ausência da aplicação, isto cria um incentivo *de facto* para converter terras florestais em terras agrícolas, garantindo assim o direito exclusivo ao uso da terra.

A conservação e a regulação ambientais são por natureza multisectoriais. Até à data as responsabilidades relativas a recursos minerais e ambiente em Timor-Leste eram partilhadas entre o antigo Ministério dos Recursos Naturais, Minerais e Política Energética, o antigo Ministério da Agricultura, Florestas e Pescas, e a antiga Secretaria de Estado de Coordenação Ambiental, Ordenação Territorial e Desenvolvimento Físico. As responsabilidades partilhadas reflectem a natureza com transversalidade sectorial da questão, porém também geral alguma confusão e sobreposição. É importante manter uma separação entre as funções reguladoras e as funções sectoriais padrão, de modo a evitar conflitos de interesses. De igual modo, é importante que estas funções recebam pesos semelhantes. Anteriormente várias funções de regulação ambiental estavam sob o Secretário de Estado do Ambiente, o qual não tinha o mesmo estatuto que Ministros no Conselho de Ministros. É vital dar-se o mesmo nível de importância a funções de regulação ambiental que aos ministérios sectoriais que é suposto regular.

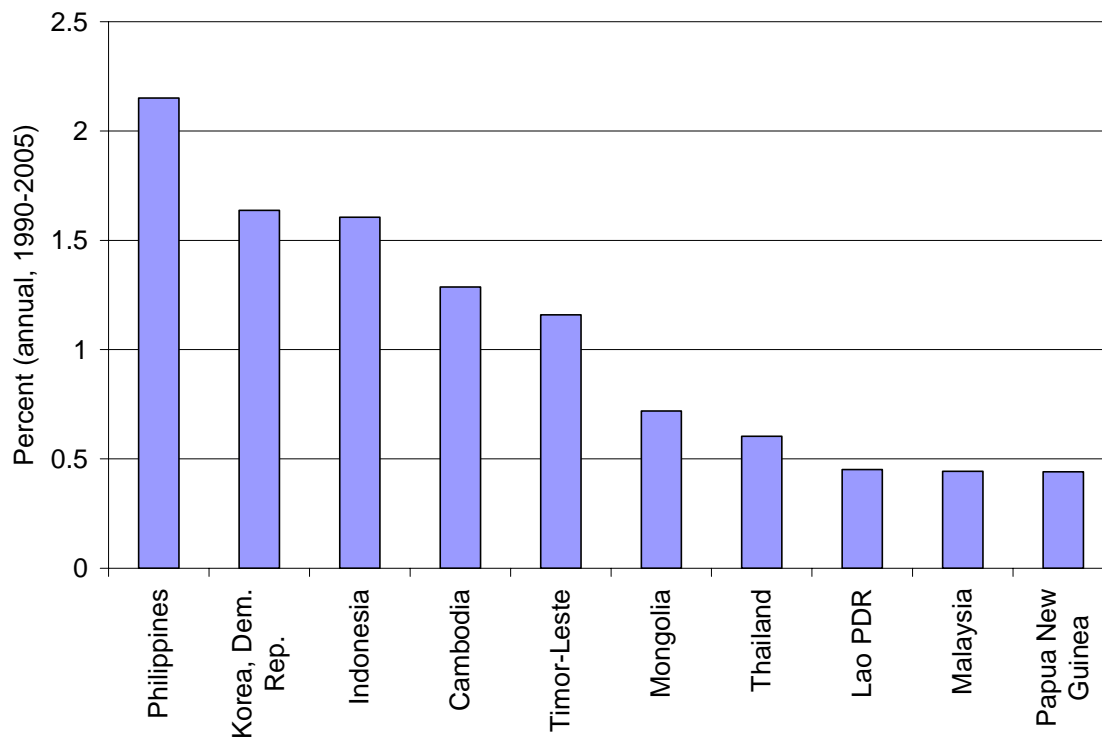
Factos e Números

Riqueza palpável em Timor-Leste



Fonte: Estimativas de pessoal do Banco Mundial (esboço)

Dez maiores taxas de desflorestação no Leste Asiático e Pacífico



Fonte: Indicadores do Banco Mundial

6. Nota Sectorial: Supervisão Externa e Controlo Interno

Panorama

Timor-Leste estabeleceu instituições e mecanismos importantes de fiscalização externa e controlo interno. Estes podem garantir que os recursos nacionais e o poder do estado são usados de forma apropriada, porém é necessário mais trabalho para que sejam totalmente efectivos. É vital para o fortalecimento da fiscalização parlamentar que o papel dos órgãos independentes seja consolidado, bem como que o Governo assinale de modo claro o seu compromisso em relação à governação económica. Passos importantes podem incluir a formação de registos de activos e rendimentos, a movimentação para a transição de auditorias externas à gestão do Tribunal de Recursos, e a criação de gabinetes de auditoria interna nos ministérios operacionais apoiados e coordenados pelo Gabinete do Inspector Geral. Para que o público tenha confiança no estado é essencial que haja uma acção efectiva nos casos de corrupção, má administração e abuso de poder.

Questões Principais

- ***Fortalecimento do papel do Parlamento.*** O Parlamento pode fortalecer a sua fiscalização sobre o Governo através do escrutínio das contas e auditorias do Governo, assim como da monitorização da execução orçamental. Uma comissão parlamentar aberta e discussões plenárias podem fornecer um fórum para dar seguimento aos resultados com os ministérios. A monitorização da adesão aos esquemas de gestão das receitas petrolíferas, incluindo o acompanhamento dos levantamentos a partir do Fundo Petrolífero, deve ser também uma prioridade para o Parlamento.
- ***Autonomização do Gabinete do Provedor.*** A emenda da lei orgânica do Gabinete do Provedor (PDHJ) no sentido de remover restrições excessivas ao uso de materiais recolhidos durante investigações como provas em processos criminais (secção 47 da Lei da PDHJ) tornará a PDHJ mais eficaz. A efectividade operacional do Gabinete ficará também a ganhar ao permitir-lhe ter um maior grau de independência financeira.
- ***Criação de um registo de rendimentos e activos.*** A existência de mecanismos para receber, monitorizar e armazenar declarações de activos a partir de agentes séniores do Governo, agentes de aprovisionamento e Alfândega, membros da Direcção de Assessoria de Investimentos do Fundo Petrolífero, e membros do Conselho Consultivo, irá melhorar a gestão de conflitos de interesse e impedir a corrupção.
- ***Aprovação da lei orgânica do GIG.*** Existe uma proposta pendente no Conselho de Ministros. É necessária a sua aprovação para permitir ao GIG conduzir investigações, auditorias e inspecções independentes, bem como criar capacidade de inspecção nos ministérios e administrações de distrito.

O Sector

Os mecanismos de supervisão podem contribuir para a verificação e equilíbrio da acção executiva. O Parlamento, Presidência, Provedor, Magistratura e meios de comunicação social independentes são alguns dos mecanismos de fiscalização em Timor-Leste, sendo que cada um deles se encontra numa fase diferente de desenvolvimento. Os controlos internos, tais como o Gabinete do Inspector Geral e os gabinetes de auditoria interna, são concebidos para detectar acções indevidas e promover as melhores práticas nas operações do governo.

O Parlamento raramente assertou o seu papel constitucional de escrutinador de propostas de leis e políticas ou acções do Governo. Em resultado disto tem sido visto largamente como uma extensão do poder executivo. A fim de fortalecer o seu papel em termos de supervisão, o Parlamento pode convidar regularmente ministros a apresentarem comunicações sobre programas e progressos na prestação de serviços. Será também útil um escrutínio rigoroso do orçamento do estado. Pode também envolver-se directamente em diálogo com o Conselho Consultivo, o qual está mandatado para aconselhar o parlamento sobre questões relativas ao Fundo Petrolífero. O Conselho visa reportar ao público a cada trimestre sobre a gestão do fundo petrolífero, conduzindo consultas públicas anuais sobre prioridades de despesa pública, com vista a reportar de volta ao Parlamento com recomendações específicas (secção 30 da Lei do Fundo Petrolífero de 2005).

Aberta em Março de 2006, a PDHJ está mandatada pela constituição para combater a corrupção, promover a boa governação, o estado de direito e os direitos humanos, e reparar violações e injustiças. O gabinete tem uma responsabilidade importante no que toca a responder a acções do estado injustas ou mal decididas, responsabilidade esta que exerce através de monitorização, investigação e contacto com o público. Contando actualmente com 46 elementos, o desafio para o futuro consiste em acelerar o processo de reclamações e finalizar relatórios sobre investigações (das 123 reclamações revistas apenas um relatório foi concluído). A formação de parcerias de colaboração com o Gabinete do Inspector Geral, a polícia e o Gabinete do Procurador Geral para a investigação de reclamações e para a acusação será igualmente importante. As operações são também dificultadas pela ausência de independência financeira que permitira ao gabinete conduzir as suas tarefas diárias com maior eficiência.

Reclamações submetidas à PDHJ – Julho de 2007

	Reclamações	Ação tomada	Pendentes
Má administração	64	<ul style="list-style-type: none">• Sete transmitidas à PNTL para mais investigação• Uma resultou em recomendação formal ao ME	56
Direitos Humanos	41	<ul style="list-style-type: none">• Seis transmitidas à PNTL para mais investigação	35
Corrupção	18	<ul style="list-style-type: none">• Um processo transmitido à PDHJ pelo MAE transmitido ao PG para acusação	17
	123		108

Nota: Foram iniciados oito processos com base no poder legal da PDHJ para iniciar investigações (artigo 35º da Lei da PDHJ), nomeadamente um processo de direitos humanos, dois processos de má administração, três processos de combate à corrupção e dois processos combinados de má administração / combate à corrupção.

Podem ser empregues ferramentas de diagnóstico para identificar os níveis actuais de corrupção, gabinetes públicos vulneráveis e instituições em que a confiança do público seja baixa. Uma auditoria externa dos procedimentos de aprovisionamento pode ser particularmente útil. O Estudo

“Fazendo Negócios” (2006) revelou que a corrupção está a danificar o ambiente empresarial, impedindo o investimento e a criação de emprego, e minando a confiança do público. Todavia não existem dados minuciosos actualizados sobre os presentes níveis de corrupção em Timor-Leste. A má qualidade dos mecanismos de supervisão, a falta de uma ética profissional na função pública e a dificuldade em reconhecer e lidar com conflitos de interesse constituem um ambiente no qual a corrupção pode florescer. Tentativas anteriores para combater a corrupção incluem uma série de sessões de trabalho de transparência, responsabilização e ‘integridade no estado’, assim como o rebaralhar de alguns postos do Gabinete. A existência de códigos de ética, ligados à Lei da Função Pública, um melhor fluxo de informações e um diálogo aberto dentro do Governo e com a sociedade civil contribuiriam para fortalecer a integridade dentro da administração. A formação em liderança pode ajudar os agentes de alto nível a modelar a integridade, o que pode ser mais influente do que normas e regulamentos.

Auditorias internas e externas inadequadas e mecanismos de responsabilização fiscal fracos reduzem a capacidade do Governo para fiscalizar os gastos públicos e impedir a corrupção. O Ministério do Plano e das Finanças (MPF) adjudicou auditorias internacionais a uma firma de contabilidade. A auditoria do Governo em relação às contas anuais do estado no AF de 2005/06 está concluída e a auditoria do AF de 2006/2007 deve ser apresentada ao Parlamento antes do final do ano. A Auditoria do Fundo Petrolífero foi também publicada recentemente, ainda que vários meses após a sua conclusão. O Supremo Tribunal Fiscal e Administrativo, responsável pela auditoria externa, ainda não existe, sendo que a capacidade para o criar levará vários anos a existir. O Tribunal de Recurso não pode desempenhar esta função a curto prazo. A movimentação rumo aos esquemas previstos na constituição pode incluir a formação de uma Comissão de Auditoria judicial para fiscalizar a gestão do contrato por parte do Ministério do Plano e das Finanças (MPF). Poderá ser útil fazer-se um estudo de transição para delinear passos apropriados rumo a uma eventual adopção judicial desta função. Por exemplo, podem ser prestados serviços para ajudar o Tribunal de Recurso a gerir o contrato para a firma de auditoria e a interpretar os resultados. Devem igualmente ser criados mecanismos para receber, fazer cruzamento de referências e armazenar declarações de activos e rendimentos, de modo a aumentar a transparência e a gerir conflitos de interesses, impedir conflitos ilícitos e garantir o cumprimento da lei. Será também importante que sejam desenvolvidos mecanismos e orientações para os administradores e funcionários saberem o que fazer em situações de conflito de interesses. Os registos de activos e rendimentos por si só não são suficientes.

A principal função de auditoria interna do Governo, o Gabinete do Inspector Geral, está encarregue de desempenhar investigações e inspecções. As inspecções garantem que a administração pública é conduzida de acordo com regras e regulamentos estabelecidos, enquanto que as investigações são realizadas para examinar alegadas infracções. Desde o seu estabelecimento em 2000 o GIG concluiu 96 auditorias (16), inspecções (3) e investigações (78), tendo colocado resumos de processos no seu portal electrónico. Dez processos foram transmitidos ao Procurador Geral para acusação criminal, embora nenhum tenha acabado por ser objecto de acusação. A lei orgânica para o GIG não foi aprovada pelo Conselho de Ministros. Isto veio atrasar os planos para estabelecer e formar gabinetes de auditoria interna em ministérios operacionais importantes. Foram estabelecidos gabinetes de auditoria interna no Ministério do Plano e das Finanças, Ministério da Saúde, Ministério do Interior e Ministério da Administração Estatal. As avaliações de ministérios operacionais com base no risco também não podem ter início até que o gabinete seja autonomizado pela Lei Orgânica para tal. O Gabinete colocou ênfase considerável no envolvimento do público, por

meio de comunicações através dos meios de comunicação social, visitas aos distritos e inspecções com vista a sensibilizar a comunidade para a existência do GIG e para as funções que este desempenha, assim como para fortalecer as capacidades de auditoria interna das administrações locais. A publicação de resumos de processos por parte do GIG tem sido uma forma eficaz de chegar ao público.

7. Nota Sectorial: Género

Panorama

Nenhum país pode atingir o seu potencial pleno se metade da sua população, mulheres e raparigas, não beneficiarem em igualdade com os homens e rapazes dos bens e serviços oferecidos pelo seu governo e sociedade em geral. A educação feminina é um dos indicadores ligado mais de perto com o desenvolvimento global e com o crescimento económico. Os direitos iguais de ambos os sexos estão consagrados na constituição de Timor-Leste e reflectidos no Plano de Desenvolvimento Nacional. A CEDAW⁶ e o seu Protocolo Opcional foram ratificados. Desde a independência o Governo de Timor-Leste tomou passos importantes para promover a igualdade entre os géneros, mais concretamente através do antigo Gabinete para a Promoção da Igualdade (GPI) subordinado ao Gabinete do Primeiro-Ministro.

Questões Principais

- ***Aprovação de legislação contra violência doméstica.*** A proposta de lei sobre violência doméstica continua a ser uma prioridade importante. A violência doméstica e a violência com base no género são questões fundamentais, que representam mais de 50% dos processos criminais relatados à polícia.
- ***Envolvimento das mulheres na construção da paz.*** Apesar das mulheres estarem entre as pessoas mais afectadas pelos muitos anos de conflito em Timor-Leste, têm estado à margem dos processos formais de decisão e dos esforços de reconciliação. Por exemplo, houve poucos esforços no sentido de envolver mulheres como mediadoras nas fases iniciais da crise de 2006. Pode-se considerar a possibilidade de criar uma comissão especial na qual as mulheres sejam envolvidas logo de início na concepção e implementação de iniciativas para a construção da paz.

O Sector

Existem grandes desigualdades em termos de géneros em Timor-Leste, abrangendo muitas áreas, tais como a saúde, a educação, o emprego e a participação política. São necessários esforços concretos para responder a estas desigualdades. As mulheres representam apenas 23% da função pública, sendo que apenas duas mulheres têm posições no nível mais elevado (N-7). No sector da saúde as principais prioridades são a redução das taxas de fertilidade e de mortalidade materna, a expansão dos programas de planeamento familiar de modo a incluir homens e rapazes, e o tratamento das dimensões em termos de géneros do VIH / SIDA e das doenças sexualmente transmissíveis. Na educação a prioridade deve ser contrariar a taxa de abandono escolar das raparigas. Apenas 29% dos professores do ensino primário e ensino secundário são mulheres. O desenvolvimento de um currículo secundário com sensibilidade para a questão dos géneros e o aumento do número de professoras em liceus e secundários – servindo

⁶ Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

também como modelos a seguir – são prioridades adicionais. É necessário um maior acesso ao ensino secundário e superior, assim como programas de educação não formal para aumentar os níveis de alfabetização tanto de homens como de mulheres. Em conjunto com formação vocacional estes esforços podem promover a autonomização económica, em particular em áreas rurais. A autonomização económica das mulheres é um factor vital, em especial no sector agrícola, englobando segurança alimentar e negócios agrícolas.

Durante a reconstituição da força policial a formação na questão dos géneros assume uma importância vital, incluindo sobre violência com base nos géneros e sobre a CEDAW. As principais divisões em que são necessárias formação e ferramentas relativas a géneros são o Policiamento Comunitário, a Unidade de Pessoas Vulneráveis (UPV) e a Polícia Criminal.

Redigida em 2004, a lei contra a violência doméstica tem sido promovida activamente como prioridade pelo GPI e pelos defensores da questão dos géneros. Até à data a proposta não foi submetida ao Parlamento. A harmonização com o novo código penal pendente veio levantar novas questões. Os defensores da questão dos géneros recomendaram que o Artigo 151.º (alínea 2) do código penal fosse removido de modo a tornar o código consistente com o artigo 26.º desta proposta de lei contra a violência doméstica, a qual especifica a violência doméstica como um crime público. Dado que a promulgação do novo código penal ainda está pendente existe oportunidade para o rever. Uma vez que a lei seja aprovada será necessário estabelecer um plano de acção abrangente e multisectorial a fim de disseminar, implementar e fazer cumprir a nova legislação.

O GPI, localizado no Gabinete do Primeiro-Ministro, recebeu apoio de altos níveis do Governo. Todavia o gabinete não pode por si só garantir que as questões dos géneros são abordadas em todo o governo. É necessário um apoio de alto nível muito mais forte para encorajar os ministérios operacionais a abordarem a questão dos géneros nos seus sectores. O GPI não tem sido uma instituição implementadora mas sim um órgão de assessoria que sensibiliza, defende, coordena, monitoriza e avalia iniciativas realizadas por todo o governo. A fim de facilitar o processo de uniformização da questão dos géneros o GPI nomeou pontos focais de géneros (PFGs) nos níveis 5 e 6 de cada ministério e instituição e nos distritos. Contudo o mecanismo dos PFGs precisa ser fortalecido, através de uma formulação clara de termos de referência e de reuniões de coordenação regulares. O envolvimento de pontos focais de planeamento a nível central e de distrito, já formados em análise da questão dos géneros e planeamento sensível em termos de géneros, pode melhorar este processo de reflexão.

Durante o AF de 2006/07 o processo de uniformização dos géneros foi fortalecido no Ministério da Saúde, Ministério da Educação e Ministério da Agricultura e Pescas com a nomeação concreta ou planeada de assessores sectoriais para a questão dos géneros, em colaboração com o GPI. O anterior Ministério do Trabalho e da Reinserção Comunitária foi o primeiro a estabelecer uma unidade de géneros operacional e a conduzir uma análise da questão dos géneros dentro do ministério. Existe trabalho em curso junto dos sectores do comércio e do turismo. Durante o AF de 2006 foi atribuído ao GPI um assento permanente em cada Grupo Sectorial de Trabalho dos Programas de Investimento Sectorial (PIS), de modo a levantar questões relevantes sobre géneros em cada sector e a garantir a inclusão de actividades com

resposta à questão dos géneros. Ainda não se conhece o grau de sucesso da sua contribuição.⁷ A promoção da igualdade entre os géneros faz parte do PIS “Direitos, Igualdade e Sector da Justiça”.

Factos e Números

Indicadores seleccionados de géneros em sectores relevantes			Fonte
Total da população: 923.198 Lares liderados por mulheres: 19 % de todos os lares privados			Censo de 2004
Mulheres no Parlamento Nacional 2002-2007 - 26% Mulheres eleitas 2007 - 27.7%) Votos de mulheres 2007 - 47%			UNIFEM 2006 CNE 2007 CNE 2007
Participação na força laboral (mais de 15 anos) – mulheres 52% das mulheres; homens 69% dos homens As mulheres compõem 52% das pessoas empregues por conta própria As mulheres compõem 25% dos empregados de ONGs, do Governo e da ONU			Censo 2004 Censo 2004
Taxa de natalidade: 7.7 filhos por mulher Taxa de mortalidade infantil: 90 mortes a cada 1000 nados vivos Mortalidade materna: 660 por cada 100.000 nados vivos Local do parto: 90% das mulheres deram à luz em casa, 9% em instalações de saúde do sector público e 1% em instalações de saúde do sector privado Uso de contraceptivos: 90% das mulheres casadas em 2003 não usavam qualquer contraceptivo Violência contra mulheres: Em 2004 mais de 68% dos casos reportados à PNTL sobre VBG (N=445) envolvendo mulheres e crianças diziam respeito a violência doméstica.			EDS 2003 Censo 2004 EDS 2003 EDS 2003 RDH 2006 UNMISSET
Educação	raparigas	rapazes	
Taxa bruta de matrículas (2005)	0.97	1.00	SIGE, MEC 2005
Taxa líquida de matrículas (2005)	0.75	0.81	
Taxa bruta de matrículas no liceu (Rural) (%)	52	63	Censo 2004
População com mais de 6 anos (2004)			Censo 2004
- no secundário durante 6 ou mais anos (%)	34	39	
- obtém diploma	34	44	
Percentagem da população entre 18 e 49 anos com algum ensino superior (2004)	4	8	Censo 2004
Taxa de conclusão do ensino secundário (2004) (%)	44	56	Censo 2004
Taxa de conclusão do ensino superior (2004) (%)	25	34	
Alunos da Universidade Pública Nacional (2003-4) (%)	41	59	Censo 2004
Pessoal de universidades públicas (%)	27	73	MAE 2005
Pessoal de universidades privadas (%)	12	88	
Participação na campanha de alfabetização de adultos por Divisão da Educação Não Formal (N=5,310) (2003-4) %	30	70	BAD/UNIF EM AGP 2005
Alfabetização (2004) (40% para mulheres pobres)	52	65	Censo 2004

CNE – Comissão Nacional de Eleições, 2007
EDS – Estudo Demográfico e de Saúde, 2003
RDH – Relatório de Desenvolvimento Humano, 2006
SIGE – Sistema de Informações de Gestão da Educação
AGP – Avaliação de Géneros no País, 2005

⁷ Como ilustração, no PIS da Educação e Formação nenhum dos dados educacionais apresentados está desagregado por sexo, embora a igualdade entre os géneros seja mencionada em algumas ocasiões.

8. Nota Sectorial: Saúde

Panorama

Foram restabelecidos serviços e infra-estruturas básicos de saúde em Timor-Leste, porém a situação da população em termos de saúde continua a ser fraca. Continuam a existir problemas de qualidade inadequada e baixa utilização de serviços de saúde, incluindo vacinação, cuidados pré-natais e partos assistidos. O desafio que se depara ao sector da saúde é a tradução de progressos até à data em melhores serviços para a população, bem como acelerar as melhorias na saúde e nutrição para a população timorense. O Ministério da Saúde (MS) desenvolveu um novo Plano Estratégico para o Sector da Saúde (PESS) e um Quadro de Despesa a Médio Prazo (QDMP) para o sector da saúde, os quais irão substituir o Plano de Investimento Sectorial (PIS) anterior. Estes terão de ser traduzidos em planos de acção e orçamentos anuais, com foco acrescido na monitorização.

Questões Principais

- ***Melhoria do fornecimento de medicamentos essenciais.*** Uma das principais queixas do pessoal de saúde e dos membros da comunidade é a falta de medicamentos existentes. O fortalecimento da fiscalização e monitorização do desempenho da instituição nacional de aprovisionamento de medicamentos (SAMES) ajudará a dar resposta a este fornecimento tardio e errático.
- ***Melhoria da distribuição e do desempenho de trabalhadores de saúde.*** Algumas áreas têm um número insuficiente de trabalhadores de saúde. É possível melhorar no geral a motivação e o desempenho no trabalho. A curto prazo podem ser testados incentivos para encorajar o serviço em áreas rurais e para prestar serviços de melhor qualidade. Estes testes piloto podem incluir melhores habitações, salários ou benefícios adicionais para pessoal em áreas rurais, ou testes para fornecer bónus salariais a funcionários com base no desempenho na prestação de serviços.
- ***Teste de transferências de dinheiro à condição e outras abordagens para fortalecer a procura por serviços de saúde.*** O baixo uso dos serviços de saúde contribui para a má saúde e má nutrição. O Ministério da Saúde tenciona testar um programa de Promoção da Saúde Familiar. Para lá disto, as transferências de dinheiro à condição, através das quais são feitos pagamentos em dinheiro a famílias pobres a fim de promover comportamentos saudáveis, como sejam a vacinação de crianças ou o parto em instalações de saúde, têm sido eficazes noutros países e podem ser testadas em Timor-Leste.
- ***Resposta aos bloqueios administrativos à prestação de serviços.*** As escassezas de fornecimentos essenciais nos distritos, como sejam de combustível, afectam por vezes a prestação de serviços. O Governo poderá desejar considerar a possibilidade de uma maior desconcentração dos gastos para o Ministério da Saúde, assim como a partir do Ministério da

Saúde para distritos e hospitais. Isto inclui autoridade para aprovisionamento e compromisso orçamental.

O Sector

A mortalidade infantil e materna, a má nutrição infantil e os indicadores de natalidade em Timor-Leste continuam a estar entre os mais elevados da região. Em 2003 a taxa de mortalidade infantil foi de 83 por 1.000 crianças, sendo que quase dois terços das crianças com menos de cinco anos tinha peso abaixo do normal. A má nutrição contribui para a mortalidade elevada e para os fracos resultados escolares. A taxa de natalidade está entre as mais altas do mundo, com cada mulher a ter em média 7,7 filhos. A elevada taxa de natalidade e a baixa taxa de assistência a partos por pessoal de saúde qualificado contribuem para a elevada taxa de mortalidade materna, estimada em 660 por 100.000 nascimentos. Doenças transmissíveis como a diarreia, a tuberculose (TB) e a malária são frequentes.

A qualidade dos cuidados de saúde é muitas vezes inadequada, agravada ainda pelo baixo uso dos serviços de saúde por parte de muitas famílias. As taxas de vacinação melhoraram, mas somente 18% das crianças tinham todas as vacinas em 2003, e apenas 18% dos partos haviam sido assistidos por pessoal qualificado. A baixa utilização deve-se a uma cobertura inadequada e à qualidade dos serviços de saúde, bem como a uma baixa “procura” por alguns serviços de saúde básicos. A qualidade dos serviços de saúde é comprometida por escassezas continuadas de medicamentos essenciais, fornecimentos de laboratório ou combustível para serviços de consulta no terreno. Algumas práticas comportamentais das famílias também contribuem para os maus resultados de saúde e nutrição, como por exemplo práticas de desmame impróprias para crianças ou o baixo uso de redes de cama impregnadas. Embora algumas organizações não governamentais tenham actividades de saúde comunitária ou de aumento da procura a nível local, a escala destas actividades tem ainda muita margem para crescer.

O número de trabalhadores de saúde começa a aproximar-se da norma na região, porém Timor-Leste necessita de pessoal de saúde melhor distribuído, formado e supervisionado. Os 300 médicos de Cuba ajudaram a reduzir escassezas de pessoal médico. Todavia os trabalhadores de saúde estão distribuídos de forma desigual e a supervisão é insuficiente. O Instituto de Ciências de Saúde (ICS) forma enfermeiros, mas a sua capacidade é limitada. Um Plano de Pessoal de Saúde estabelece o planeamento para o preenchimento do sector, porém necessita ser actualizado. Ainda que a cobertura geográfica tenha melhorado, o acesso continua a ser difícil em algumas áreas rurais. Com vista a melhorar o acesso, o Governo pode considerar a possibilidade de recorrer ao uso de clínicas móveis.

O Ministério da Saúde está entre os ministérios com melhor desempenho em termos de execução orçamental, porém os procedimentos centralizados continuam a condicionar a prestação de serviços. O anterior Ministério do Plano e das Finanças (MPF) deu alguns passos no sentido de descentralizar alguns procedimentos. O Ministério da Saúde gere actualmente o aprovisionamento de contratos até \$100.000 e possui contas de fundos de maneo a nível de distrito, permitindo ao pessoal aprovisionar com mais facilidade bens essenciais a partir dos fornecedores, como por exemplo combustível. A passagem do limite de aprovisionamento para \$250.000 irá acelerar a implementação de projectos capitais. Todavia estes passos precisam ser

acompanhados por uma maior capacitação em termos de aprovisionamento e gestão financeira. O desempenho do SAMES no que diz respeito a aprovisionamento, gestão financeira e distribuição precisa ser reforçado. A Legislação prevê que o actual Ministério das Finanças estabeleça uma comissão de fiscalização financeira para o SAMES, podendo ser considerado o estabelecimento de um conselho de directores independente.

O processo de planeamento e orçamentação pode ser melhorado garantindo que os planos de saúde de distrito são ligados de forma clara ao orçamento. O Ministério da Saúde, distritos e hospitais precisam também de começar a usar as informações que recolhem a fim de monitorizar o progresso e melhorar o desempenho. Isto irá requerer uma maior supervisão e apoio técnico para equipas de distrito. Em relação à coordenação com parceiros de desenvolvimento, o Ministério da Saúde deseja continuar o progresso rumo a uma abordagem sectorial integrada (ASI), incluindo através de missões conjuntas com parceiros de desenvolvimento e esquemas de implementação harmonizados.

Factos e Números

Infra-estruturas e pessoal de Saúde	
Número de postos de saúde	155
Número de Centros de Saúde Comunitários (CSCs)	66
Hospitais Regionais	5
Hospital Nacional de Referência (Guido Valadares)	1
Total do pessoal de saúde (Governo)⁸	1.718
Médicos	
Timorenses	17
Cubanos	300+
Enfermeiros	763
Parteiros	255
Técnicos de laboratório / outros técnicos	33/103
Logística / apoio	241
Administração	248
Principais indicadores de serviço e cobertura	
% de mulheres grávidas que recebem pelo menos uma visita pré-natal	61
% de crianças (6 a 59 meses) que recebem suplementos de vitamina A	36
% de crianças que formem sob redes tratadas contra mosquitos (qualquer rede)	8 %
% de mulheres casadas ou em regime de união de facto que usam contraceptivos modernos	10
Percentagem de casos de malária tratados de acordo com protocolos recomendados	30
% de bebés (0 a 6 meses) exclusivamente amamentados	31%
Taxa de crianças que se deslocam a consultas (U5, visitas anuais per capita)	1.4 (2006)
Taxa de mortalidade de crianças tratadas contra casos graves de malária em instalações de saúde	10%
Taxa de natalidade total (número médio de filhos por mulher)	7.7
% de mulheres casadas ou em regime de união de facto que usam contraceptivos modernos	10
Taxa anual de crescimento populacional	3.2%

⁸ Da base de dados do Ministério da Saúde em 2005

2. Progresso relativamente aos ODMs / principais indicadores

	2001/2	2006	Alvo dos ODMs	Alvo Global dos ODMs
Taxa de mortalidade infantil	88 por 1000 nascimentos			½ de 1990
% de crianças vacinadas contra DPT3	56%	63%	90%+	90%+
Sarampo	47%	61%	90%+	90%+
% de crianças com peso abaixo do normal	45%		31%	½ de 1990
Acesso a água potável (rural)	51%		75%	Dobro de 1990
Acesso a saneamento (rural)	10%		40%	Dobro de 1990
Taxa de mortalidade materna	800 por 100.000 nados vivos			Redução dos níveis de 1990 em 70%
% de partos assistidos por pessoal de saúde qualificado	24%		90%	90%
% da população a receber tratamentos efectivos contra a malária	30%			90%
% de casos de Tuberculose curados com sucesso	80% de casos detectados curados segundo o DOTS			90%
Número de pessoas infectadas com o VIH	Prevalência do VIH estimada nos 0.35%			Manutenção do mesmo nível de baixa prevalência

9. Nota Sectorial: Petróleo

Panorama

As receitas petrolíferas e os esquemas de poupança de Timor-Leste irão garantir o futuro económico do país. Os esquemas de poupança permitem o uso suficiente e sustentável de fundos a cada ano para financiar o orçamento do estado, porém até à data o Governo tem tido dificuldades para gastar o orçamento anual. As receitas petrolíferas de Timor-Leste eram de USD 1.2 mil milhões em 31 de Março de 2007, estando a aumentar na ordem dos USD 100 milhões / mês desde Janeiro de 2007. Embora forneçam recursos para o desenvolvimento do país, as receitas petrolíferas também colocam desafios económicos e à governação. A experiência internacional mostra que os países ricos em recursos naturais registam muitas vezes mais desperdício e corrupção do que outros países. A fim de evitar esta “maldição dos recursos”, Timor-Leste adoptou esquemas para a boa gestão das riquezas petrolíferas, em benefício das gerações actuais e futuras.

Questões Principais

- ***Manutenção dos esquemas de gestão das receitas petrolíferas.*** Estes esquemas constituem a base para a boa governação das receitas petrolíferas. Poupar para o futuro é importante, já que as reservas petrolíferas não vão durar para sempre. Ao mesmo tempo é necessário um gasto efectivo a partir destas receitas para desenvolver e fazer crescer a economia não petrolífera, prestar serviços e reduzir a pobreza.
- ***Desenvolvimento do Greater Sunrise.*** Por via do Tratado sobre Determinados Ajustes Marítimos no Mar de Timor (TDAMT), que entrou em vigor em Fevereiro de 2007, Timor-Leste e a Austrália acordaram partilhar 50/50 as receitas do campo de gás do Greater Sunrise. Todavia ainda não se chegou a acordo sobre como desenvolver o campo. Isto deve-se em grande medida a discussões sobre onde deve passar um gasoduto a partir do campo. Timor-Leste deve estabelecer uma posição consensual e informada sobre o desenvolvimento do Greater Sunrise, em preparação para estas discussões. Os aspectos comerciais, sociais e económicos devem ser levados em conta.
- ***Reorganização do Sector.*** Em Abril de 2007 a Direcção de Petróleo e Gás avançou com uma proposta de legislação para comentários do público a respeito de uma instituição para suceder à Autoridade Designada do Mar de Timor. Foi também avançada uma proposta de legislação sobre a criação de uma companhia nacional petrolífera. Em linha com o processo seguido pela legislação geral sobre petróleo de Timor-Leste, justifica-se também uma consulta e envolvimento mais amplos com peritos legais do sector, relativamente ao âmbito e esquemas de governação destas entidades.

O Sector

Todas as receitas petrolíferas obtidas por Timor-Leste são depositadas num Fundo Petrolífero gerido pela Autoridade Bancária e de Pagamentos (ABP). O Fundo é regido pela Lei do Fundo

Petrolífero, a qual estabelece a fórmula para cálculo do montante de “rendimentos sustentáveis estimados” que pode ser transferido a partir do Fundo a cada ano para financiar o orçamento do estado. Os rendimentos sustentáveis estimados são o montante que pode ser levantado do Fundo para sempre sem com isso diminuir a riqueza petrolífera do país. A cada ano o montante dos rendimentos sustentáveis é verificado por um auditor independente. Caso o país siga esta regra de poupança, terá dinheiro disponível para financiar o seu orçamento para sempre. Só pode ser transferido dinheiro a partir do Fundo após a aprovação do orçamento anual por parte do Parlamento, e este dinheiro só pode ir para o orçamento.

Os esquemas de gestão da riqueza petrolífera de Timor-Leste têm por finalidade manter a transparência e a responsabilização. A ABP emite relatórios trimestrais sobre o Fundo Petrolífero, incluindo o seu saldo, quaisquer transferências e os seus investimentos. Estes relatórios estão disponíveis ao público. De acordo com a lei, um auditor reconhecido internacionalmente deve concluir uma auditoria externa independente ao dinheiro recebido pelo Fundo em cada ano fiscal. O relatório do auditor deverá ser publicado. Disponibilizado ao público em Julho de 2007, o primeiro Relatório Anual, incluindo as declarações financeiras auditadas do Fundo, assim como os relatórios trimestrais, estão acessíveis na ABP ou em www.bancocentral.tl/PF/Reports.asp. Uma Direcção de Assessoria de Investimentos aconselha o Governo sobre a estratégia de investimentos e a gestão do Fundo. Um Conselho Consultivo, incluindo representantes da sociedade civil e do sector privado, aconselha o Parlamento sobre o Fundo.

O anterior Ministério dos Recursos Naturais, Minerais e Política Energética (MRNMPE) e agora possivelmente a Secretaria de Estado dos Recursos Naturais são responsáveis pelos recursos petrolíferos no território de Timor-Leste. A ADMT, uma instituição conjunta entre Timor-Leste e Austrália, é responsável pelos recursos petrolíferos na Área Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero (ACDP) no Mar de Timor. A ACDP é regida pelo Tratado do Mar de Timor (TMT) de 2002, no qual Timor-Leste e Austrália acordaram dividir as receitas da ACDP 90/10 a favor de Timor-Leste. De acordo com o Tratado do Mar de Timor de 2002, após três anos a ADMT seria transformada numa Direcção de Petróleo e Gás ou tornar-se-ia numa instituição timorense diferente.

No desenvolvimento do Greater Sunrise Timor-Leste preferiu a entrada do gasoduto pela sua costa sul, juntamente com o estabelecimento de uma instalação de GNL. A Woodside, o principal operador do campo, bem como a Austrália, preferiram a passagem do gasoduto por Darwin (onde já existe uma instalação de GNL). A Woodside e os seus parceiros em empresa mista (EM) (ConocoPhillips, Shell, e Osaka Gas) visam preparar um plano de desenvolvimento preliminar para o Greater Sunrise até Setembro de 2007. O plano irá requerer o acordo dos Governos de Timor-Leste e da Austrália. Caso Timor-Leste insista num conceito de desenvolvimento diferente daquele que a EM crê melhor servir os interesses comerciais da EM, é possível que a EM exija uma compensação a Timor-Leste.

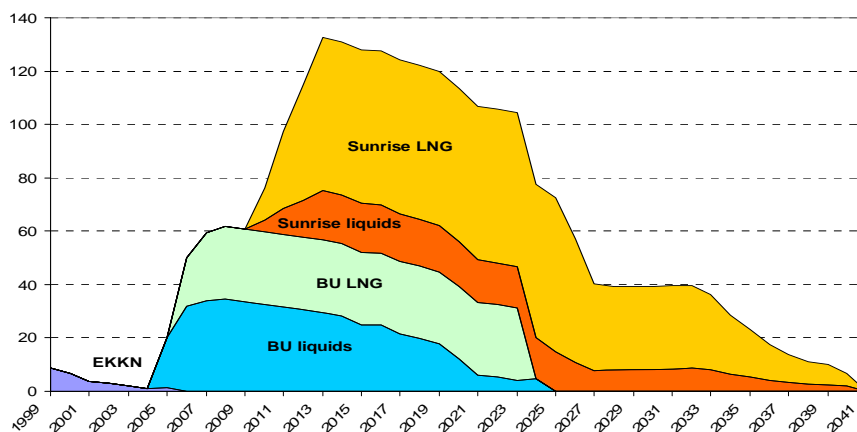
Para lá da Lei do Fundo Petrolífero, em 2005 foram adoptadas a Lei Petrolífera, o Modelo do Contrato de Partilha de Produção (CPP) e a Lei de Tributação Petrolífera. Isto conclui o quadro jurídico-legal que rege a exploração e desenvolvimento de recursos petrolíferos no território de Timor-Leste. Estas leis estão de acordo com a boa prática internacional. Timor-

Leste está igualmente a implementar a Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extractivas (ITIE).

A produção petrolífera de Timor-Leste provém actualmente sobretudo do campo de gás do Bayu Undan na ACDP. Estima-se que o Bayu Undan vá gerar cerca de USD 9.4 mil milhões de receitas acumuladas para Timor-Leste ao longo dos próximos 15 a 20 anos. Estima-se, ainda numa base muito preliminar, que o Greater Sunrise vá gerar cerca de USD 24 mil milhões em receitas ao longo da vida do campo, sendo que metade deste valor irá para Timor-Leste. Dado que o Greater Sunrise ainda não está a produzir as suas projecções de receitas não são incluídas nas estimativas de rendimentos sustentáveis produzidas actualmente para o orçamento. Os direitos de exploração no território de Timor-Leste foram atribuídos em 2006 à ENI e à Reliance. Embora esta possa ser outra fonte de receitas petrolíferas, antes do início da produção / entrada das receitas é necessário fazer-se uma descoberta comercial e acordarem-se conceitos de desenvolvimento. É provável que isto leve vários anos.

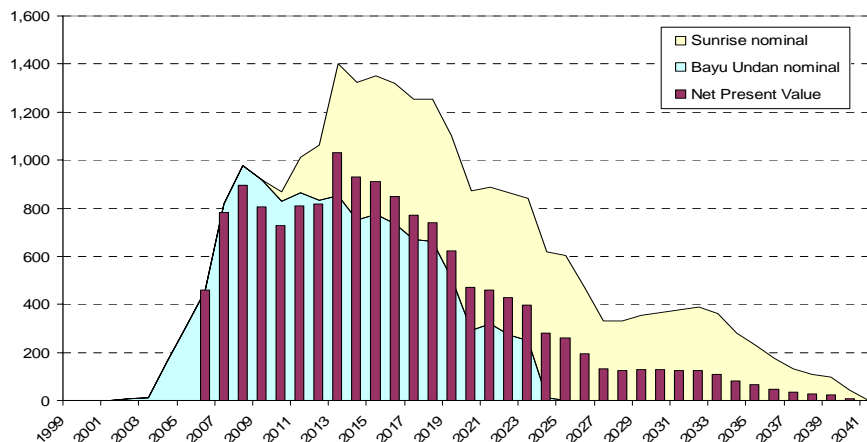
Factos e Números

Perfil de Produção de Timor-Leste, 1999-2041 (equivalente a milhões de barris de petróleo)*



* Nesta fase, os perfis do Greater Sunrise devem ser considerados como indicações muito por alto.

Projecção do Perfil de Receitas Petrolíferas de Timor-Leste, 1999-2041** (USD milhões)



** As projecções são extremamente sensíveis a pressupostos nos preços do petróleo, aos quais os preços do GNL estão ligados.

10. Nota Sectorial: Energia

Panorama

Desde 2002 têm sido feitos progressos significativos na melhoria dos serviços de fornecimento de energia. Ainda assim, a quantidade e a qualidade dos serviços de fornecimento de energia diminuíram no seguimento da crise de 2006. Com a entrada em funcionamento de um novo gerador na Estação Eléctrica de Comoro em Abril de 2007 é esperado que a fiabilidade do sistema de geração de energia melhore consideravelmente. Todavia há ainda muito mais a fazer para melhorar os serviços de fornecimento de energia, fortalecer a capacidade institucional, melhorar a sustentabilidade financeira e aumentar a electrificação rural. A implementação atempada e efectiva de iniciativas planeadas e contínuas constitui um desafio, mas é essencial para a obtenção de resultados a curto prazo.

Questões Principais

- ***Melhoria da fiabilidade do fornecimento de energia de Díli.*** A implementação do reparo de emergência planeado da estação eléctrica de Comoro, a reabilitação do sistema de distribuição de energia e a garantia da qualidade dos combustíveis usados na estação de Díli irão aumentar a fiabilidade.
- ***Melhoria da supervisão do adjudicatário de gestão.*** A nomeação do novo adjudicatário de gestão, a Manitoba Hydro, uma empresa canadiana, irá melhorar o desempenho da Electricidade de Timor-Leste (EDTL), o serviço nacional de energia. Contudo a experiência do primeiro contrato de gestão com a Companhia de Electricidade de Macau (CEM) mostra que o Governo precisa dar ao adjudicatário de gestão a autonomia necessária, ao mesmo tempo que assegura uma supervisão adequada. A supervisão irá idealmente englobar uma direcção com responsabilidades e tarefas claras, assim como sistemas para garantir o reporte regular do desempenho e do cumprimento das condições contratuais.
- ***Implementação de acções planeadas em prol de uma maior sustentabilidade financeira.*** O desvio ilegal de electricidade, que acontece de forma disseminada e cada vez mais frequente, é um problema importante, visto que aumenta o custo da electricidade e contribuiu para o aumento acentuado nos subsídios do Governo para cobrir os défices monetários na EDTL no AF de 2007. As acções planeadas para dar resposta às ligações ilegais e melhorar a cobrança de receitas incluem acções por parte do adjudicatário, com apoio do ministério do sector, relativamente ao não pagamento por parte de utentes e à reinstalação de contadores pré-pagos com base em padrões apropriados de protecção contra roubo.

O Sector

Timor-Leste tem um sistema de energia pequeno e fragmentado. De presente cerca de 43.500 famílias têm acesso a electricidade, o que representa uma taxa global de electrificação na ordem dos 22%. A Estação Eléctrica de Comoro, em Díli, serve cerca de 26.500 utentes em Díli e na

periferia, com uma taxa de electrificação de aproximadamente 85%. Todavia, somente 5% das famílias rurais têm acesso a electricidade.

A geração de energia no país depende na totalidade de gásóleo importado, o que resulta num dos sistemas de fornecimento de electricidade mais dispendiosos de todo o mundo. O actual preço da electricidade abrange apenas uma fracção do total do custo da geração de energia, requerendo subsídios consideráveis por parte do Governo. Um aspecto vital para o tratamento deste custo elevado é a continuação de planos para a diversificação da geração de energia para lá do gásóleo, bem como uma melhor cobrança de receitas e a redução do consumo ilegal. Caso tenham sucesso, o Projecto de Extracção de Fossas de Gás em curso e o Projecto Hidroeléctrico de Ira Lalaro, o qual está planeado, irão reduzir de forma acentuada o custo da geração de energia.

O acesso a electrificação em áreas rurais é muito limitado, mas existem planos para melhorar a electrificação rural. As capitais de distrito são actualmente servidas por cerca de 60 subsistemas de energia pequenos e isolados, administrados por gestão comunitária. O recém-concluído Plano Geral de Electrificação Rural e a experiência conseguida a partir do Projecto de Extracção de Fossas de Gás em curso irão ajudar a estabelecer as bases para o aumento da electrificação rural a médio e longo prazo. O Projecto piloto de Extracção de Fossas de Gás irá fornecer electricidade a cerca de 1.000 famílias actualmente ligadas ao sistema de energia e a cerca de 2.000 novas famílias e clientes comerciais em Aliambata, Babulo e Borolalo.

A EDTL é legalmente parte do Governo, porém não é financeiramente autónoma. A EDTL funciona sob o orçamento do Governo e recebe subsídios para cobrir os défices monetários das suas operações e despesas de capital. Para o ano fiscal de 2007 o orçamento do Governo para a EDTL foi de US\$ 12.4 milhões, incluindo cerca de US\$ 8.4 milhões para combustíveis importados, ficando os restantes US\$ 4 milhões para despesas de capital. Para lá disto, os US\$ 1.4 milhões do orçamento do Governo irão cobrir os honorários do adjudicatário de gestão da EDTL.

Desde 2002 a capacidade instalada de geração de energia regressou para perto dos níveis verificados antes de 1999. Os esforços para a restauração do sistema passaram da reconstrução de estações eléctricas para a reparação e reabilitação de redes de distribuição danificadas. O envolvimento de um adjudicatário de gestão, a CEM, veio aumentar a orientação comercial da EDTL. Todavia, uma revisão do desempenho deste contrato de gestão por parte de um consultor do ministério operacional indicou que do lado do Governo a Comissão de Supervisão nomeada para supervisionar o trabalho da CEM não desempenhou as suas funções de modo adequado, ou não prestou o grau necessário de orientação, encorajamento ou assistência ao adjudicatário. Isto veio sublinhar a importância de providenciar a um novo adjudicatário o grau necessário de autonomia de gestão, para que a história não se repita a custas do estado.

Desde a crise de 2006 o trabalho de campo operacional e de manutenção da EDTL tem sofrido perturbações. Para lá disto, o contrato com a CEM terminou em Novembro de 2006, embora a mobilização de um novo adjudicatário tenha sido atrasada. Consequentemente a CEM foi retida sob um contrato temporário, com pessoal administrativo reduzido. Estes desenvolvimentos adversos contribuíram para uma manutenção fraca e / ou com perturbações, funcionamento

abaixo do desejado e falta de peças sobresselentes, resultando na quebra de unidades de geração de energia. De presente a capacidade de geração em funcionamento da Estação Eléctrica de Comoro é de apenas 15 MW, comparados com os 29 MW que deveria assegurar. A má qualidade dos serviços de energia e a crise de segurança contribuíram para um aumento acentuado na manipulação de contadores pré-pagos por parte de utentes que usam electricidade gratuitamente. Isto por sua vez veio encorajar o desperdício de energia, agravando a actual quebra de energia durante as horas de maior consumo. Consultas alargadas com intervenientes em Fevereiro de 2007, incluindo representantes do governo local de Díli, ONGs, associações de mulheres, um grupo empresarial e residentes locais, confirmaram o carácter prioritário de ver o Governo inverter a deterioração dos serviços de electricidade, incluindo pôr cobro ao desvio ilegal de energia, o qual é propenso a provocar incêndios e acidentes.

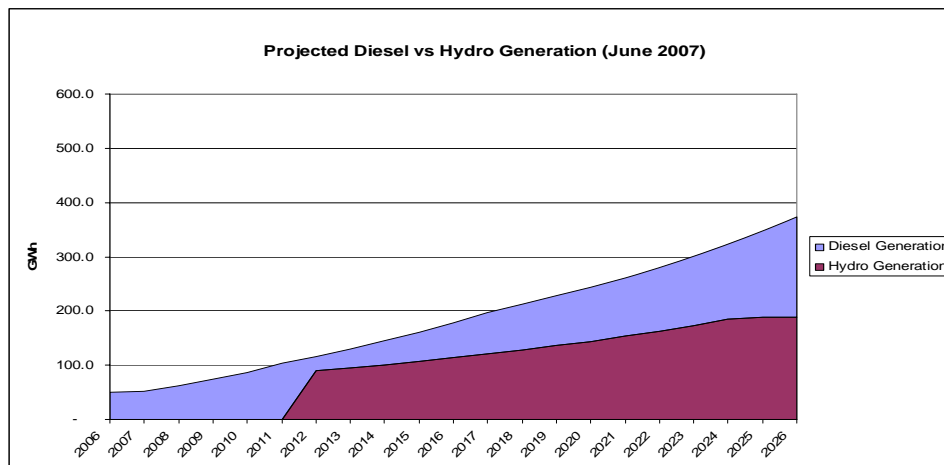
Factos e Números

Capacidade de Geração de Energia em Díli com Classificações de Funcionamento em Junho de 2007

	Make	Year Installed	Nameplate Capacity (KW)	as of June 2007 operating ratings (KW)
1	Mak 1	1985	2,650	1,200
2	Mak 2	1985	2,650	1,200
3	Mak 3	1994	2,940	2,000
4	Niigata 1	1988	4,240	0
5	Niigata 2	2005	4,167	4,000
6	Cummins 8 units	2002	8,040	2,100
7	Caterpillar	2007	4,700	4,600
	TOTAL		29,387	15,100

Estação Hidroeléctrica de Ira Lalaro

É esperado que a Estação Hidroeléctrica de Ira Lalaro tenha uma capacidade classificada nominalmente de 28 MW, estando a sua capacidade firme estimada em 12.9 MW. Caso seja implementada com sucesso, prevê-se que a médio e longo prazo vá diminuir substancialmente os custos para o país com a geração de energia.



11. Nota Sectorial: Desenvolvimento do Sector Privado

Panorama

A melhoria do clima em Timor-Leste para os negócios é vital para o crescimento económico e para a criação de empregos no sector privado. De presente Timor-Leste está classificado em penúltimo no mundo em termos de facilidade de fazer negócios – 174.º em 175 países analisados pelo *Fazer Negócios* do Banco Mundial / Corporação Financeira Internacional. Existem várias razões para isto. Muitos procedimentos administrativos são pesados e dispendiosos. A sobrecarga que se abate sobre os tribunais significa que a resolução de disputas contratuais e laborais é quase impossível. As infra-estruturas são altamente subdesenvolvidas e os custos empresariais são elevados – a electricidade está entre as mais caras do mundo para utentes comerciais, sendo que as chamadas telefónicas custam cerca de quatro vezes mais do que na Indonésia. Os vencimentos são várias vezes superiores aos praticados no resto da região. Serviços de apoio aos negócios, como sejam de contabilidade, auditoria e direito privado, são praticamente inexistentes. Ainda não foi estabelecido um registo de crédito, que ajudará a determinar o merecimento dos candidatos a empréstimos. A fim de corrigir esta situação, o sector público e o sector privado deverão trabalhar em conjunto para simplificar regulamentos desnecessariamente complexos e estabelecer procedimentos administrativos claros e eficientes. Estas medidas precisam ser acompanhadas por um aumento na capacidade da administração pública e pela promoção da atitude dos serviços em relação às empresas do sector público.

Questões Principais

- ***Aprovação de lei sobre terras.*** Um mercado funcional de terras é essencial para um forte desenvolvimento do sector privado. A aprovação da lei sobre terras pendente, redigida em 2005, será o primeiro passo para a resolução da difícil situação de Timor-Leste no que diz respeito a terras. Até lá a Direcção de Terras e Propriedades do Ministério da Justiça pode começar a trabalhar na construção de um cadastro, o registo de pertença de terras, e no mapeamento de terrenos, embora isto vá requerer pessoal adicional com qualificações técnicas apropriadas.
- ***Aceleração da reforma do ambiente empresarial de modo a estimular o investimento e a criação de empregos.*** A emenda de leis inconsistentes e demasiado complexas irá reduzir a burocracia e encorajar novos investimentos; exemplos de legislação que precisa de revisão incluem a Lei das Sociedades Comerciais (lei de empresas), o Código de Registo Comercial (registo de empresas) e as leis de investimento.
- ***Facilitação dos procedimentos de criação de empresas.*** Em finais de 2006 o Conselho de Ministros considerou uma proposta para facilitar os procedimentos de criação de empresas, em especial no que toca à abolição ou redução significativa do capital inicial mínimo de \$5.000 para sociedades limitadas (mais de 10 vezes o rendimento anual médio), porém a proposta não foi implementada.

- **Possibilitação das microfinanças.** O sector financeiro cresceu rapidamente com o estabelecimento de três bancos privados e vários prestadores de microfinanças. O Governo pode desempenhar um papel importante na criação de um ambiente propício a instituições especializadas para prestarem microfinanças e serviços de crédito à população. Medidas concretas podem incluir provisões para a transferência segura de dinheiro através do país. A adopção de regulamentos apropriados para o estabelecimento de um registo de crédito e a exploração de opções para a prestação de seguros podem também ser úteis. Por outro lado, o Governo deve evitar prestar garantias de crédito ou estabelecer novos bancos. O acesso a capital de investimento é necessário, mas a melhor maneira de o conseguir é através de bancos e instituições de microfinanças estabelecidos com a capacidade técnica para avaliar clientes.

O Sector

É necessário corrigir as deficiências no quadro regulador do sector privado. Timor-Leste fez progressos no que diz respeito à aprovação de leis em várias áreas relevantes, incluindo investimentos domésticos e externos, impostos e alfândega, empresas e registo, controlo fronteiriço e imigração, notários, seguros, banca, pagamentos e câmbio externo, e pescas. Todavia existem preocupações em relação à qualidade de alguma da legislação existente, sendo que noutras áreas ainda não foi aprovada legislação. A consulta com o sector privado e com outros durante o desenvolvimento desta legislação tem sido inadequada. Como consequência disto, grande parte da legislação é demasiado complexa e não leva em conta a pouca capacidade de implementação da administração pública. A correcção destas deficiências no quadro legislativo está-se a tornar cada vez mais urgente. Por exemplo, é urgente decidir se o registo deve ter lugar no Ministério do Desenvolvimento e Economia ou no Ministério da Justiça, e se deve ser indicado nos regulamentos implementados. Para o sector privado é menos importante onde o registo tem lugar, mas é vital que o processo seja legal e simples: a prática actual é um arranjo provisório e não é na verdade legal.

Um quadro de investimento muito mais simplificado contribuiria para tornar Timor-Leste mais atractivo no que toca a investimento doméstico e investimento externo. Existem de presente duas leis de investimento, uma para o investimento doméstico e outra para o investimento externo. Estas podem ser unidas numa única lei simplificada. São praticamente idênticas, mas ambas as leis indicam muitas excepções que são difíceis de administrar. As instituições governamentais autónomas de implementação, a TradeInvest Timor-Leste (TITL) e o Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial (IADE), podem ser fundidas através da emenda dos decretos-lei que as estabeleceram. O Governo pode também fazer uso do Diálogo Público e Privado planeado para orientar o processo de criação de um melhor ambiente empresarial.

O registo e atribuição de títulos de terras é uma das principais áreas que requerem atenção. Actualmente há algumas partes de uma estrutura de legislação de terras estabelecidas: (a) arrendamento entre privados, e (b) arrendamento de propriedade do estado. Um bom ambiente legal e regulador relativo a terras deve ser claro sobre o acesso às terras, segurança do título da terra ou direitos de utilização, e desenvolvimento da terra. Um sistema de administração

de terras funcional deverá conduzir a: (i) melhor segurança da posse, o que facilita a transferência de terras; (ii) um mercado de crédito mais desenvolvido, já que irá facilitar o uso de terras como garantias; (iii) um mercado de terras desenvolvido; e (iv) maior investimento, desenvolvimento empresarial e crescimento económico.

Existe nas áreas rurais uma grande procura não atendida por serviços de poupanças, e num grau menor por crédito. A fim de responder à procura por serviços de depósito, o Governo pode levantar o actual tecto IMfTL (Instituto de Microfinanças de Timor-Leste) relativamente a poupanças, que é de um milhão de dólares. O IMfTL atingiu o tecto e não pode receber mais poupanças dos clientes. O orçamento nacional para 2006/07 incluiu um item orçamental para crédito rural, com o qual tencionava estabelecer um banco. É pouco provável que um banco apoiado pelo Governo fosse conseguir níveis adequados de amortização, o que poderia perturbar o sector financeiro. No que toca a abrangência rural, existe uma rede de microfinanças que funciona bem, a Moris Rasik, com clientes por todo o país, conseguindo taxas elevadas de amortização. A experiência global sugere que o desenvolvimento de uma extensão de crédito sustentado é mais eficaz se feita por prestadores de microfinanças especializados, não pelo Governo.

Existe um PIS do Desenvolvimento do Sector Privado, intitulado “Desenvolvimento do Sector Privado”, que foi actualizado em Julho de 2007.

Factos e Números

- A comunidade empresarial de Timor-Leste é composta essencialmente por pequenas firmas familiares – 80% da mão-de-obra trabalha em quintas familiares.
- 72% das empresas formais empregam menos de 10 trabalhadores.
- 33% da população funcionam totalmente fora da economia monetária.
- 16.000 pessoas ingressam no mercado de trabalho a cada ano, sendo que só existem 40.000 trabalhadores remunerados no sector privado.
- A maior parte das firmas obtém capital inicial a partir de recursos pessoais ou familiares, não a partir de bancos.
- 45% das firmas urbanas formais e quase 90% das informais têm resultados anuais inferiores a US\$ 5.000.
- Alguns investidores externos demonstraram interesse em Timor-Leste, mas até aqui só alguns investimentos se materializaram, sendo que alguns dos primeiros investidores cessaram entretanto as suas operações.

Timor-Leste

Região: Leste Asiático e Pacífico

População: 975.539

PNB per capita (US\$): 750.00

Leis do país: ver a nossa [Biblioteca Legal](#)



Facilidade de...	Classif. 2006	Classif. 2005	Alteração na classif.
<i>Fazer Negócios</i>	174	174	0
Criar uma Empresa	160	158	-2
Lidar com Licenças	173	173	0
Empregar Trabalhadores	115	114	-1
Registar Propriedades	172	172	0
Obter Crédito	159	160	+1
Proteger Investidores	142	141	-1
Pagar Impostos	124	119	-5
Comercializar Através das Fronteiras	73	66	-7
Fazer cumprir Contratos	175	175	0
Encerrar uma Empresa	151	151	0

12. Nota Sectorial: Gestão das Finanças Públicas

Panorama

O principal desafio de Timor-Leste em termos de gestão financeira prende-se com o gasto do seu orçamento anual. Até ao final do terceiro trimestre do AF de 2006/07, segundo o método de caixa apenas \$80.8 milhões haviam sido gastos a partir do orçamento do governo central de \$320 milhões, havendo mais \$15.2 milhões de despesas relativos a transportes provenientes de orçamentos anteriores. A execução do orçamento capital é particularmente fraca. A subida nas receitas do petróleo não se traduziu em crescimento económico devido ao falhanço por parte do Governo em gastar os rendimentos do Fundo Petrolífero através do orçamento. A fraca execução do orçamento capital também afectou negativamente a capacidade do Governo para prestar bens e serviços, levar a cabo projectos de desenvolvimento, impulsionar o crescimento económico e contribuir para a aceleração da criação de emprego. Não obstante isto, desde a independência Timor-Leste fez alguns progressos no estabelecimento de um quadro institucional para a gestão das finanças públicas (GFP), embora a implementação deste quadro permaneça num estado incipiente. A GFP em Timor-Leste é caracterizada pela implementação inadequada de normas e regulamentos, sendo que as escassezas no número de pessoal qualificado e a pouca familiaridade com sistemas e processos de GFP, tanto no MPF como em ministérios operacionais, vieram condicionar os gastos públicos. O sistema continua fortemente dependente de assessores externos.

Questões Principais

- ***Execução orçamental.*** Os passos imediatos para melhorar a execução orçamental podem incluir: (i) a Comissão de Execução Orçamental estabelecida sob o Conselho de Ministros deve fazer o seu trabalho; (ii) reintrodução de montantes de fundo de maneo em ministérios operacionais, instituições e distritos; e (iii) emissão atempada de avisos de autorização de despesa para cobrir dotações anuais.⁹
- ***Melhoria da capacidade para executar a nova delegação de aprovisionamento.*** O Governo emitiu um decreto em 2006 revendo o limite para a delegação de aprovisionamento público a ministérios qualificados de \$10.000 para \$100.000. Oito ministérios operacionais possuem agora autoridade delegada para aprovisionamento, porém as suas capacidades de gestão financeira e de aprovisionamento são limitadas. Isto condiciona a eficácia da delegação na melhoria da execução orçamental. Um maior apoio do Ministério das Finanças e acesso ao sistema informático de gestão financeira, o Freebalance, ajudariam a resolver este problema.
- ***Delegação de controlos internos.*** No passado houve relutância em delegar controlos internos, por exemplo a separação da preparação e verificação de FCPs, nos gastos públicos, devido a preocupações sobre possíveis fugas fiscais. Processos excessivamente centralizados atrasam os gastos. O Governo pode desejar equilibrar a delegação de controlos internos com

⁹ Auxiliar de Memória do Banco Mundial, 26 de Junho de 2006.

uma maior responsabilização interna e externa, incluindo fiscalização legislativa. A autoridade de aprovisionamento e compromisso pode ser delegada em ministérios operacionais, enquanto que os pagamentos permanecem centralizados.

O Sector

Timor-Leste fez alguns progressos em várias áreas da gestão das finanças públicas. Estes incluem abrangência orçamental em termos de incluir todas as receitas e despesas do Governo, assim como progressos na implementação e melhoria do sistema de informações de gestão financeira (SIGF), o Freebalance. Estão estabelecidos os preparativos para a manutenção da disciplina fiscal agregada. As despesas são financiadas pelo orçamento de fontes combinadas, o qual inclui receitas domésticas não petrolíferas, receitas petrolíferas e concessões da comunidade internacional. As receitas não petrolíferas, que tinham começado a recuperar em 2005, sofreram um retrocesso em virtude da recente crise. Todavia, os elevados preços do petróleo e do gás a nível mundial, bem como o aumento da produção, vieram elevar as receitas petrolíferas projectadas. O fundo petrolífero está integrado no orçamento do Governo e é gerido de forma transparente.

O orçamento do Governo é abrangente e assente em políticas, bem como ligado aos objectivos de desenvolvimento nacional. Contudo as debilidades nos processos de formulação orçamental reduzem a precisão das despesas orçamentadas. O processo orçamental requer que as estimativas se baseiem nos planos de acção anuais (PAAs) baseados no plano de desenvolvimento nacional (PDN) e nos planos de investimento sectorial (PIS). Todavia a precisão das estimativas orçamentais é reduzida devido à falta de planeamento de despesas, à fraca capacidade e aos conhecimentos técnicos limitados no custeamento de projectos. O orçamento foi dotado numa base de compromisso e custo total de projecto, englobando vários anos e inserido em muitas dotações de anos individuais. Estas práticas exacerbam as despesas planeadas num determinado ano fiscal, distorcem as taxas de execução orçamental e beneficiarão de uma reforma significativa. O Governo está actualmente em vias de passar para um sistema de método de caixa, o que se encoraja.

Embora o orçamento recorrente, salários e vencimentos estejam no geral a ser executados conforme planeado, a taxa de despesa segundo o método de caixa para projectos de desenvolvimento de capital tem sido particularmente lenta. A taxa de execução do orçamento recorrente avançou conforme planeado nos 75.2% em finais do terceiro trimestre do AF de 2006/07. Até finais do terceiro trimestre do AF de 2006/07 o Governo havia gasto apenas 2.6% do seu orçamento de capital segundo o método de caixa, quando calculado como percentagem de dotações. Segundo o método de caixa, no AF de 2005/06 foram gastos apenas 6.9% do orçamento de capital.

As práticas no registo, contabilidade e reporte de transacções pintam um retrato impreciso da execução orçamental. As informações financeiras são muitas vezes registadas fora do Freebalance em folhas de cálculo Excel, sendo que as declarações são frequentemente preparadas em folhas de cálculo Excel em vez de produzidas automaticamente a partir do Freebalance. O Governo poderá querer manter um registo mais detalhado das despesas a partir de orçamentos anteriores, segundo o método de caixa, de modo a melhorar a precisão da posição

financeira do Governo. O Governo pode também garantir que todos os agentes financeiros em ministérios operacionais delegados possuem acesso de leitura ao Freebalance.

Factos e Números

Tabela 1. Timor-Leste: Finanças do Governo Central
(Em milhões de dólares americanos, excepto se indicado em contrário)

	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07 (T1-T3)
Orçamento a/	74.27 b/	74.1 b/	78.67 b/	131.05 c/	320.64 c/
Despesas Recorrentes (base compromisso)	87.45	192.05
Despesas de Capital (base compromisso)	43.60	128.59
Despesas no presente ano numa base de compromisso					
Despesas	..	69.2	73.5	119.2	210.9
Despesas Recorrentes	..	59.5	61.5	77.3	114.6
Salários e Vencimentos	..	23.8	25.1	25.7	24.2
Bens e Serviços	..	29.2	31.2	45.6	66.3
Transferências Correntes	..	0.0	0.0	0.0	11.6
Subsídios a Instituições	..	6.6	5.3	6.0	12.4
Despesas de Capital	..	9.7	12.0	41.9	96.4
Capital Menor	2.3	6.6	14.3
Capital e Desenvolvimento	9.0	24.8	77.1
Transferências de Capital	..	0.4	0.4	10.5	0.0
Subsídios a Instituições	..	0.0	0.2	0.0	4.9
Despesas no presente ano segundo o método de caixa					
Despesas	68.5	66.9	70.7	93.1	99.7
Despesas a partir do Orçamento Corrente	58	55.5	59.1	81.8	80.8
Despesas Recorrentes	53.3	53.1	56.4	66.1	75.2
Salários e Vencimentos	21.6	23.8	25.1	25.7	24.2
Bens e Serviços	25.3	22.8	26.0	34.4	35.3
Transferências Correntes	0.0	0.0	0.0	0.0	3.9
Subsidies to agencies	6.4	6.6	5.3	6.0	11.8
Despesas de Capital	4.7	2.4	2.8	15.6	5.6
Capital Menor	3.4	2.9
Capital e Desenvolvimento	1.7	2.7
Transferências de Capital	..	0.4	0.4	10.5	0.0
Subsídios a Instituições	..	0.0	0.2	0.0	0.0
Despesas a partir de orçamentos anteriores	10.5	11.4	11.5	11.3	15.2

a = Orçamentos dotados numa base de compromisso

b = A fonte para o AF de 2002-03 ao AF de 2004-05 é o relatório financeiro anual e contas, GTL

c = Fonte FMI, 2007

Fonte para anexo estatístico: FMI, 2007; Referências: Auxiliares de Memória do Banco Mundial Julho de 2006, Outubro de 2006, Fevereiro de 2007; relatório de avaliação de DPRF, relatório do pessoal do FMI, artigo IV, 2006.

13. Nota Sectorial: Administração do Sector Público

Panorama

O desenvolvimento de um serviço público efectivo, responsável e transparente é vital para a prestação efectiva de serviços e programas, bem como para conseguir a confiança do público nas instituições do estado. O serviço público tem gestores inexperientes, poucas regras e capacidade reduzida. O desempenho será melhorado através de uma gestão e reporte claros, estruturas de carreira com base no mérito, planeamento da força de trabalho e oportunidades para mais formação. O Estatuto da Função Pública (2004) cria uma boa base legal para o serviço, porém continuam por aprovar regulamentos implementadores. Existem mais leis sobre estruturas de pagamentos e carreiras e avaliações de pessoal em versão de rascunho, mas necessitam de uma avaliação rigorosa para garantir que o seu impacto será positivo. A liderança é essencial, tal como a motivação do pessoal e a construção de uma cultura de prestação de serviços. Será importante dissipar as suspeitas públicas de politização dos serviços, devendo os Ministros e funcionários públicos graduados assumir comportamentos e práticas responsáveis de modo a poderem servir de exemplo. O Governo deve evitar quaisquer alterações súbitas, de modo a não incapacitar uma administração já de si fraca.

Questões Principais

- ***Explorar formas para melhorar a prestação de serviços locais a curto prazo e manter a confiança do público.*** O fortalecimento de sistemas financeiros e outros sistemas de prestação existentes a nível local ajudará a produzir resultados. As novas propostas de descentralização requerem mais trabalho e terão de ser manuseadas com cuidado para evitar novas perturbações dos serviços.
- ***Desenvolver capacidade de liderança e de gestão*** para (i) incidir nos resultados, (ii) estabelecer marcos de referência para realização de tarefas, (iii) instituir reporte simples e regular, (iv) estabelecer padrões para comportamento de equipas, (v) recompensar pessoal por bom desempenho e possibilitar continuação de estudos e formação, (vi) repreender pessoal por mau desempenho no trabalho e absentismo.
- ***Implementar o Estatuto da Função Pública de 2004.*** Isto pode equipar os gestores com as ferramentas necessárias para gerirem o seu pessoal de forma apropriada. Todavia as propostas de regulamentos implementadores, bem como os mais recentes Decretos-Lei sobre Regime de Carreiras e estrutura salarial, precisam ser revistos e emendados antes da implementação, de modo a garantir que são simples, claros, consistentes e isentos de politização.
- ***Planeamento de toda a força de trabalho.*** É necessário um planeamento claro da força de trabalho para sustentar o surgimento de uma função pública efectiva. A Unidade de Coordenação de Desenvolvimento de Capacidades (UCDC) está a estimar o número de pessoal necessário em diferentes categorias de qualificações, bem como a identificar situações de lacunas ou excesso de pessoal, assim como formas de prestar as qualificações necessárias e de melhorar a produtividade de assessores internacionais.

- ***Subsídios interinos para funcionários públicos.*** O subsídio único de custo de vida pago a funcionários públicos terminou no final do AF de 2007. Podem ser feitas provisões interinas nos orçamentos para os próximos seis meses e para o próximo ano de calendário, a fim de evitar a queda dos salários até à tomada de decisões sobre a estrutura permanente de pagamentos.

O Sector

O serviço público, incluindo pessoal de instituições autónomas, é composto por 25.631 funcionários públicos, incluindo 17.471 funcionários permanentes, 4.034 funcionários temporários e 4.126 casuais.¹⁰ O orçamento para salários e vencimentos no AF de 2006/2007 representou 12.8% de um orçamento de estado total. Os funcionários públicos estão muitas vezes incertos sobre as metas ou funções fundamentais da instituição na qual operam, são-lhes delegadas responsabilidades limitadas e têm poucos incentivos não financeiros para melhorar o seu desempenho. O absentismo e o mau registo de tempo são frequentes. As prioridades de todo incluem o desenvolvimento de uma comunicação clara entre ministros e funcionários públicos, o desenvolvimento de gestores capazes e empenhados, regras claras para todo o serviço, processos transparentes para a tomada de decisões, recrutamento, promoção e controlo da gestão.

O desenvolvimento de capacidade de liderança e gestão é necessário para os resultados. Só é possível melhorar a prestação de serviços e conseguir uma administração pública efectiva através e liderança, um sentido de direcção e uma comunicação clara das expectativas. Os gestores devem ser encorajados a incidir nos resultados e a estabelecer marcos de referência para a prestação que possam ser monitorizados através de um sistema de reporte simples e regular. A informação do pessoal a respeito do Código de Conduta da Função Pública e o estabelecimento de padrões de comportamento também deverão produzir resultados positivos. É igualmente importante fortalecer a utilidade das várias centenas de assessores internacionais e nacionais, por via da definição dos papéis dos assessores e de padrões de comportamento, bem como garantindo a responsabilização pelos resultados.

O Estatuto da Função Pública de 2004 prevê um quadro construtivo para o desenvolvimento, gestão, e gestão dos recursos humanos da função pública. Uma prioridade imediata passa por implementar este estatuto de forma a dar aos gestores as ferramentas – incluindo estruturas de recrutamento, promoção, avaliação de desempenho e recompensas não financeiras – para gerirem o seu pessoal de modo apropriado. Seria útil avaliar e emendar as leis de implementação propostas antes do estabelecimento destas. As ditas leis incluem um Decreto-Lei (Janeiro de 2007) estabelecendo um regime de carreira e estrutura salarial resultando num aumento de 38% no pagamento do serviço público. Este decreto e recentes propostas de decreto sobre recrutamento e promoção e sobre avaliação de desempenho podem ser passíveis de revisão de modo a garantir que são viáveis, consistentes e justos. Em muitos países há Comissões de Serviços Públicos encarregues de garantir a responsabilização, transparência e imparcialidade na aplicação dos regulamentos. Estas também isolam os ministros de decisões relativas a funcionários públicos. Existe a oportunidade para criar uma Comissão de Serviços Públicos em Timor-Leste. O Provedor pode também ser instrumental no fornecimento a funcionários públicos e cidadãos de uma forma imparcial de levantar

¹⁰ Estatísticas do MAE de Julho de 2007.

preocupações de má administração. A publicidade do processo de reclamações e dos seus resultados constituirão uma motivação para melhorar.

São necessários planos para melhorar o Instituto Nacional de Administração Pública (INAP), porém estes vão levar tempo a implementar. Entretanto houve esforços importantes de parceiros de desenvolvimento com vista a melhorar as qualificações de funcionários públicos, os quais tiveram resultados diversos por via da dependência excessiva de substituição por assessores internacionais e de formação fora do local. É necessária uma maior ênfase em sistemas de formação no local de trabalho. É também preciso planejar a força de trabalho para providenciar pessoal no número e tipo certos e com as qualificações administrativas e técnicas necessárias para prestar serviços ao público. A iniciativa de planeamento da força de trabalho da UCDC visa responder a este desafio. Paralelamente está a ser desenvolvido um Sistema de Informações de Gestão Pública (SIGP) que irá fornecer os dados base essenciais necessários para a gestão de pessoal e para o planeamento global da força de trabalho.

Factos e Números – Perfil de pessoal¹¹

<i>Instituições soberanas</i>	<i>Pessoal perm.</i>	<i>Temporário</i>	<i>Casuais</i>	<i>Assessores Internac.</i>	<i>Total (Excl. int.)</i>
Gabinete do Presidente	111	40	-	6	151
Parlamento Nacional	43	30	-	6	73
Tribunais	66	68	-		134
Sub-total					358

Instituições do Governo

Gabinete do Primeiro-Ministro e Presidente do Conselho de Ministros	73	97	27	17	197
Ministério da Defesa	18	-	-	-	18
Secretaria de Estado do Conselho de Ministros	21	3	20		44
Ministério da Administração Estatal (incluindo administrações de distritos)	414	98	1300	7	1812
Ministério do Interior (incluindo administração da PNTL)	661	55	339	15	1055
Ministério do Desenvolvimento	57	65	62	2	184
Secretário de Estado da Juventude e Desporto	35	21	2	-	58
Ministério da Justiça	477	18	107	15	602
Ministério da Agricultura, Florestas e Pescas	316	187	250	21	753
Ministério da Educação e da Cultura	6831	1220	1190	4	9241
Ministério da Saúde	1760	602	-	4	2362
Ministério do Trabalho e da Reinserção Social	105	-	157	5	262
Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	64	66	-	1	130
Ministério do Plano e das Finanças	511	62	205	29	778
Ministério dos Transportes e das Comunicações	140	93	101	2	334
Ministério dos Recursos Naturais, Minerais e Política Energética	190	27	-	7	217
Ministério das Obras Públicas	189	88	78	6	355
F-FDTL	1435	-	-		1435
PNTL	3500	3	40		3543
Sub-total					23.380

¹¹ Documento Orçamental do MPF, N.º 1, 2006-2007.

Instituições independentes:

INAP	29	16	-		45
Ministério Público	29	17	8	11	54
Provedor de Direitos Humanos e Justiça	12	4	30	3	46
Instituições de Ensino Superior ou Universidades	-	1006	-		1006
Sub-total					1.151

Instituições autónomas:

STAE				1(?)	
Direcção de Materiais	26	14	146	-	186
EDTL	260	15	0	-	275
Direcção do Serviço da Aviação Civil	84	4	44	-	132
Autoridade Portuária	44	-	20	-	64
Autoridade Bancária e de Pagamentos	67	-	-	3	67
Fornecimentos Médicos Autónomos	-	-	-	-	0
Serviço Público de Difusão de Timor-Leste	-	135	-	2	135
Sub-total					859
TOTAL	17.568	4.054	4.126	166	25.748

14. Nota Sectorial: Telecomunicações

Panorama

O acesso a infra-estruturas e serviços de telecomunicações em Timor-Leste é limitado e dispendioso. Apenas 5% de todos os cidadãos timorenses, a maior parte dos quais em Díli, têm acesso a serviços básicos de telefone ou dados.¹² O acesso à internet é dispendioso e a sua capacidade é limitada. A melhoria do acesso a infra-estruturas e serviços de telecomunicações acessíveis, fiáveis e prontamente disponíveis pode beneficiar toda a economia e toda a sociedade. Os benefícios incluem custos menores para o Governo, empresas e famílias. O melhor acesso à informação é outro benefício. Isto pode ajudar agricultores a procurarem informações sobre preços e disponibilidade de bens e serviços, ou pequenas empresas a comunicarem com fornecedores. Uma melhor tecnologia de telecomunicações pode gerar novas oportunidades económicas, tais como as que são oferecidas por serviços financeiros possibilitados por telefones móveis e cafés com acesso à internet, bem como a criação directa e indirecta de emprego. Para lá disto, o Governo pode derivar receitas acrescidas de um sector de telecomunicações mais diversificado do que deriva de um operador único. De presente Timor-Leste não está a recolher qualquer destes benefícios. Muitos governos, incluindo na região do Pacífico, estão-se a debater com desafios semelhantes. A reforma das telecomunicações pode ter uma elevada visibilidade política devido ao seu impacto directo sobre a população. Com uma forte liderança e apoio técnico de parceiros de desenvolvimento há potencial para se conseguirem ganhos rápidos, ainda que as alterações institucionais demorem mais tempo.

Questões Principais

- ***Promoção de uma estratégia empresarial a favor dos pobres / pessoas rurais.*** Enquanto interveniente e regulador, o Governo pode encorajar vivamente a Timor Telecom no sentido de adoptar uma estratégia empresarial mais a favor dos pobres / pessoas rurais. Medidas imediatas podem incluir a introdução de cartões de recarga de crédito e recarga electrónica de menor denominação, a redução do custo das mensagens escritas (SMS), a introdução de auscultadores de baixo custo e o arranque de um programa de “telefone de aldeia” a fim de garantir acesso público em áreas rurais.
- ***Aumento da competição.*** O Governo pode introduzir competição nas telecomunicações, em particular no que diz respeito a serviços de telefones móveis e internet. A abordagem recomendada passa pela renegociação do contrato de Concessão (BOT) com o actual prestador. Isto irá envolver em primeiro lugar a preparação e adopção de uma nova política de telecomunicações e informação. Isto pode ser seguido pela formação de uma Comissão de Orientação Governamental, preparação de uma estratégia de negociação, e acordo legal formal com a Timor Telecom.

¹² Linhas fixas = 2.300. Subscritores móveis = 63.000. Subscritores de Internet = cerca de 650.

- **Actualização do quadro legal.** As leis de telecomunicações podem ser revistas e modernizadas. Será também importante desenvolver novos regulamentos em áreas específicas, tais como tarifas, espectro e interligação. A revisão e desenvolvimento de regulamentos deverá idealmente incidir nos interesses do consumidor / utente e não nos do operador, autonomizando a autoridade reguladora (ARCOM) no sentido de os fazer respeitar.
- **Investimento numa “espinha dorsal” doméstica de alta velocidade.** A melhoria na infraestrutura de comunicações pode aumentar a capacidade global da rede de telecomunicações. Duas medidas importantes são a construção de uma “espinha dorsal” para garantir o acesso aos serviços em todo o território e ligações internacionais com menor custo. Ao mesmo tempo, será necessário estabelecer salvaguardas reguladoras para permitir o uso de tais infraestruturas mediante termos justos e transparentes.

O Sector

A estrutura do mercado de telecomunicações em Timor-Leste é restritiva, dissuadindo novos investimentos. O operador de telecomunicações, a Timor Telecom (TT), detém um monopólio durante 15 anos sob a forma de um contrato de concessão de “construção operação transferência” (BOT). Este é um instrumento legal pouco habitual para a prestação de serviços de telecomunicações. As actuais leis e regulamentos favorecem os interesses do operador, além de restringirem o papel da autoridade reguladora e oferecerem pouca ou nenhuma protecção aos utentes. Estes factores vieram limitar ainda mais o desenvolvimento do sector. Por exemplo, os serviços de internet são muito limitados e dispendiosos. Há um serviço com ligação lenta onde existem linhas fixas, principalmente em Díli. Há um serviço de linhas “dedicadas” ou arrendadas” disponível para grandes utilizadores, mas é muito dispendioso. Não existe internet de banda larga ou de “alta velocidade”.

O Acordo de Concessão de BOT dá uma exclusividade definida em termos gerais em relação à maior parte dos serviços de telecomunicações. Todavia as obrigações relativas à qualidade dos serviços são fracas. A concessão tem uma natureza a longo prazo e carece de provisões de terminação. O concessionário está exempto do pagamento pelo uso das frequências até ao fim da concessão, mas tem o direito a “possuir” números que podem ser considerados recursos públicos escassos. A natureza do acordo BOT, no qual o prestador deve transferir activos para o Governo no final do período de concessão, serve como desincentivo ao investimento a longo prazo, já que encoraja o operador a maximizar os lucros a curto prazo.

Os decretos-lei 11 e 12/2003 não autonomizam as instituições relevantes de forma adequada. Embora tenha sido aprovada legislação sobre telecomunicações esta não foi totalmente aplicada. Para lá disto a lei orgânica que estabelece a estrutura organizacional, funções e processos para o ministério ainda não foi aprovada. Sem a lei orgânica é difícil aplicar as leis de telecomunicações, organizar ou delegar autoridade. Em relação à legislação em si, embora reflecta uma boa prática reguladora em muitas áreas, fica aquém noutras tais como o licenciamento, obrigações de serviço universal, tarifas, espectro de rádio, meios de comunicação social e numeração. De igual modo, as leis foram aprovadas após a concessão BOT e dizem respeito a um mercado de monopólio.

As instituições carecem actualmente de capacidade de aplicação. O ministério do sector age como criador de políticas, sendo que o regulador do sector, a ARCOM, está afectada ao Ministério. Todavia a capacidade reguladora ressent-se de falta de qualificações e de financiamento, como por exemplo no que toca ao uso de espectro de rádio, afectação de números e tarifas de licenciamento que os reguladores por norma cobram.

Existe um potencial real em termos de melhor acesso através de novas tecnologias, em especial telecomunicações móveis e internet, e por via de um mercado mais competitivo. O custo do acesso às telecomunicações desceu em todo o mundo, sendo que novas tecnologias, em especial referentes a telefones móveis / internet, aproximam as ferramentas de informação e de comunicação das populações rurais. Os marcos de referência sugerem que, com a competição, em particular por serviços móveis, o número de subscritores móveis pode chegar a pelo menos 200.000 dentro de 2 a 3 anos, uma subida muito significativa em relação aos menos de 70.000 que existem actualmente. Noutros países até mesmo a *ameaça de concorrência* levou os operadores com monopólio a baixarem os custos e aumentarem a variedade e qualidade dos serviços.

Factos e Números

Dados Comparativos (fontes: UTI 2005 e dados mais recentes disponibilizados pelo operador).

Estrutura de mercado: M = monopólio, C = competição, CP = competição parcial (PSIs não podem estabelecer as suas próprias infra-estruturas).

<i>País</i>	<i>População</i>	<i>Linhas Fixas/100</i>	<i>F</i>	<i>Móveis /100</i>	<i>M</i>	<i>Internet/100</i>	<i>Estrutura de Mercado</i>
Timor-Leste	1,100.000	<0.5	M	5.0	M	<0.5	CP
Samoa	185.000	11.0	M	46.0	C*	4.0	C
Vanuatu	212.000	3.5	M	11.5	M*	3.8	M
Ilhas Salomão	478.000	<0.5	M	1.5	M	<0.5	M
Fiji	848.000	14.0	M	35.0	M*	7.7	C
PNG	6.000.000	<1.0	M	3.0	M	<0.5	CP

Nota: Em 2007 deverá ser introduzida competição nas comunicações móveis em Vanuatu e nas Fiji. Samoa introduziu competição nas comunicações móveis em 2006.

15. Nota Sectorial: Transportes

Panorama

Os investimentos no sector das estradas, aviação e transportes marítimos têm potencial para trazer benefícios rápidos e importantes de desenvolvimento social e económico. Todavia, o estado da rede rodoviária tornou-se um condicionalismo ao desenvolvimento em vez de uma plataforma para crescimento. A condição da rede rodoviária no geral é má, havendo secções que caem regularmente durante a estação das chuvas, o que faz com que em especial as populações rurais tenham pouco acesso a vilas e mercados. Os custos de operação de veículos são elevados segundo os padrões nacionais, as deslocações são lentas e a nação está fragmentada em termos económicos. Contudo tem havido um amplo planeamento estratégico no que diz respeito a transportes, sendo que Timor-Leste possui um plano de investimento sectorial relativo a estradas¹³ com boa qualidade, detalhado para 10 anos, que suporta o Programa de Investimento Sectorial (PIS) dos Transportes. O PIS está de presente a ser actualizado e inclui provisoriamente maiores investimentos em transportes (terra, ar, mar) propostos segundo o Programa de Desenvolvimento Nacional Acelerado (PDNA)¹⁴. Os trabalhos definidos no programa de transportes do PDNA irão gerar o tão necessário emprego e fornecer uma oportunidade para a institucionalização de processos de concepção e construção de qualidade. Existem projectos importantes nos campos das estradas, aviação e transportes marítimos que aguardam compromisso orçamental. O compromisso ou não com o PDNA é a uma questão vital que se depara ao sector dos transportes, em especial no que toca a estradas e pontes.

Questões Principais

- ***Aceleração do desenvolvimento nacional.*** A decisão a curto prazo mais importante que o Governo tem de tomar relativamente ao sector rodoviário prende-se com a escolha entre continuar o programa de reabilitação das estradas nacionais a 10 anos (o primeiro ano está a ser implementado actualmente) ou alargar o programa de forma a incluir melhorias rodoviárias disseminadas (não apenas reabilitação; e incluindo novas pontes). O Ministério das Infra-estruturas já tem quatro solicitações de propostas para serviços de consultoria referentes à preparação de concepções preliminares e de estudos de viabilidade (com base numa largura padrão nacional para pavimentos de estrada de sete metros, quando viável). O Governo está numa posição que lhe permite, caso assim o deseje, recrutar consultores para este trabalho dentro de 2 meses.
- ***Melhoria da execução orçamental e da qualidade dos trabalhos.*** Embora os anteriores Ministério das Obras Públicas (MOP) e Ministério dos Transportes e das Comunicações tenham melhorado significativamente a execução de programas capitais durante a última parte do AF de 2007, será impossível aumentar consideravelmente a velocidade das obras

¹³ Preparado com AT do BAD 3731-TIM, o estudo de viabilidade para o Projecto de Investimento Sectorial das Estradas

¹⁴ Ver discriminação do projecto do PDNA incluída na Tabela 1.

públicas e aproveitar o seu potencial em termos de criação de emprego sem uma melhor execução orçamental.

- ***Adjudicação, contratos de período, contratos de grande dimensão e outros modelos para aplicar recursos ministeriais.*** Existe pouca experiência no que toca a estudos de viabilidade, desenhos de engenharia e adjudicação de obras de construção civil a firmas privadas em Timor-Leste. Isto está a mudar, e o Ministério das Infra-estruturas deve aproveitar ao máximo o apoio externo à gestão de projectos que está a ser oferecido.
- ***Abordagens com uso intensivo de mão-de-obra.*** Já existe um programa de manutenção rodoviária com uso intensivo de mão-de-obra em curso e outros dois planeados, incluindo algumas melhorias rodoviárias. Estes podem beneficiar directamente milhares de pessoas, particularmente em áreas rurais, devendo ser concretizados rapidamente.

O Sector

O anterior MOP obrigou mais de 50 serviços de consultoria e contratos de obras públicas num valor total de \$28 milhões antes do final do AF de 2007. Todavia subsistem desafios urgentes: (a) as obras de capital são por norma incluídas nos orçamentos anuais sem a devida programação e definição de projectos; (b) isto deixa ao pessoal ministerial a tarefa impossível de preparar e gerir contratos de concepção preliminares, contratos de concepção detalhada e contratos de construção civil – tudo num só ano; (c) devido às regras de “gastar ou perder o dinheiro”, os ministérios preparam e abrem concursos ou adjudicam em regime de fonte única contratos muito mal redigidos, que expõem o governo a perdas financeiras e a trabalhos de construção civil com má qualidade; e (d) mesmo assim, os desembolsos concretos continuam a ser baixos e os montantes transportados continuam a acumular-se. Não devem ser orçamentados itens de trabalhos de capital até após a fase de concepção preliminar / estudo de viabilidade. Na tentativa de corrigir isto, o Ministério das Infra-estruturas pode aproveitar ao máximo o apoio externo à gestão de projectos que está a ser oferecido.

Pode ser feito um melhor uso de contratos de “período”, em especial no que se refere à manutenção rodoviária, como forma de aplicar recursos Ministeriais. É possível preparar facilmente contratos, abrir concursos para os mesmos, adjudicá-los e geri-los, abrangendo toda uma cidade, vila ou distrito durante um determinado período de tempo. Podem também ser consolidados pacotes, como por exemplo todas as pontes de um dado tipo e escala serem atribuídas como um contrato único. Isto não colocaria em perigo as firmas locais, visto que seriam sempre subcontratadas para reduzir custos. Devem também ser experimentados outros modelos, como por exemplo contratos de manutenção rodoviária de assistência com base nos resultados (ABR).

Programa de reabilitação de estradas rurais e de ligação. O planeamento, programação e investimentos estratégicos incidiram até aqui em estradas nacionais e algumas estradas de distrito. É agora urgente uma reabilitação sistemática das estradas de ligação rurais.

Factos e Números (2005)

Área de superfície (km ²)	14.870
Comprimento da rede rodoviária nacional existente	1.412 km, com 400 pontes
Comprimento da rede rodoviária em mau ou muito mau estado	1.200 – 1.300 km
Largura dos pavimentos originais	3.2 – 4.5 m

16. Nota Sectorial: Veteranos

Panorama

O reconhecimento e assistência a veteranos da resistência é uma área que tem registado fortes progressos desde 2002. As Comissões subordinadas ao Gabinete do Presidente registaram um total de 75.143 veteranos, num processo transparente e participativo. Foi produzida uma base de dados fiável dos veteranos registados. A lei dos veteranos, o Estatuto dos Combatentes da Libertação Nacional (ECLN), aprovada em 2006, é fundamentalmente sólida, mas pode ser reforçada mediante emenda. O pagamento das pensões de veteranos e outros subsídios tem sido atrasado, aguardando a aprovação dos decretos-lei relevantes. Todavia o Governo preparou processos administrativos relevantes, manuais, planos e uma base de dados de pensões. As pensões podem ser pagas rapidamente assim que os decretos sejam aprovados.

Questões Principais

- ***Transferência da base de dados.*** De presente a base de dados de veteranos está com a Comissão de Homenagem, Supervisão de Registo e Recurso (CHSRR). A transferência da base de dados para o Secretário de Estado para os Assuntos dos Antigos Combatentes da Libertação Nacional (SEAACLN) é necessária para que o Governo possa começar a processar as pensões.
- ***Aprovação de decretos-lei.*** Os dois decretos-lei que estabelecem o quadro legal para o pagamento das pensões foram redigidos. As leis precisam ser aprovadas para que o Governo possa começar a pagar as pensões.¹⁵
- ***Fortalecimento institucional.*** De presente, 17 dos 22 elementos da Direcção Nacional dos Antigos Combatentes da Libertação Nacional (DNACLN) estão com contratos temporários, o que leva a um investimento insuficiente na formação e ao risco de perda de pessoal qualificado. O estabelecimento de contratos permanentes com o pessoal qualificado irá fortalecer o departamento.
- ***Emenda da lei de veteranos.*** Pode-se considerar a possibilidade de fortalecer o esquema de pensões de veteranos por via de emendas à lei.

O Sector

Um total de 12.002 pessoas foram condecoradas com medalhas em cerimónias de reconhecimento desde Novembro de 2006. As cerimónias foram organizadas pela CHSRR. Destas medalhas, 11.367 foram atribuídas a sobreviventes de falecidos, enquanto que 635 foram atribuídas a antigos combatentes vivos. Estão planeadas mais cerimónias para finais de 2007.

¹⁵ (i) Decreto-lei sobre pensões e subsídios a combatentes da libertação nacional e suas famílias e (ii) decreto do Governo estabelecendo benefícios financeiros segundo o Estatuto dos Combatentes da Libertação Nacional.

Apoiada pelo orçamento do Governo, a CHSRR está mandatada pelo ECLN para organizar e supervisionar as cerimónias. A CHSRR inclui membros nomeados pelo Parlamento (3), Governo (3), Presidente (3), e F-FDTL (1). A CHSRR foi estabelecida em Setembro de 2006 e pode prolongar-se por um total de dois anos. De acordo com a lei, deve ser aberta uma última oportunidade para registo, a qual está actualmente prevista para arrancar em Janeiro de 2008. O registo será implementado pelo Governo e supervisionado pela CHSRR.

Os dados dos registos levados a cabo pela Comissão para os Assuntos dos Antigos Combatentes - Comissão para os Assuntos dos Veteranos das Falintil (CAAC-CAVF) e pela Comissão para os Assuntos dos Quadros da Resistência (CAQR) foram corrigidos e verificados várias vezes pela Comissão de Consolidação de Dados (CCD), a qual encerrou em Maio de 2006. Os dados são sólidos. Contudo existem 10.338 casos pendentes em relação aos quais os dados estão em falta ou são incompletos. Existem também 859 casos "denunciados", nos quais foram feitas reclamações contra os indivíduos em questão, disputando a sua elegibilidade para serem reconhecidos como veteranos. Por lei, ambas as categorias de casos devem ser resolvidas pela CHSRR.

A lei de veteranos prevê quatro pensões: Subvenção por Dedicção Exclusiva, Pensão Especial de Subsistência, Pensão Especial de Reforma e Pensão de Sobrevivência. Até à data a lei foi interpretada como só contando para efeitos de recebimento de uma pensão a participação a tempo inteiro na resistência, na prática da luta armada. Uma alteração no sentido de o tempo na frente clandestina também contar irá aumentar em muito o número de beneficiários e as implicações orçamentais da lei. Em 2005, 38 veteranos com longo tempo de serviço começaram a receber subsídios entre \$100 e \$123 por mês. Estes subsídios cessarão assim que o sistema de pensões tiver início.

Actualmente apenas 350¹⁶ veteranos vivos são elegíveis para pensões mensais. Aqueles que tenham servido entre um e oito anos são elegíveis apenas para a Subvenção por Dedicção Exclusiva, um pagamento único. Aqueles que tenham servido entre 8 e 14 anos só receberão uma pensão após completarem 55 anos de idade. Em contraste, até 11.829 sobreviventes de veteranos falecidos poderão receber pensões, sem qualquer limite etário aplicado. Pode-se considerar a possibilidade de baixar os anos de participação requeridos, eliminar o limite etário de 55 anos e / ou tornar os níveis de pagamento mais equitativos.

O Governo levou a cabo preparativos consideráveis para o pagamento das pensões a veteranos. Foram estabelecidas a unidade de atendimento ao público, as unidades de pensões e subsídios e a unidade de base de dados. A unidade de atendimento ao público terá gabinetes em cada um dos 13 distritos a fim de receber requerimentos para pensões. Foi conseguido um local em Díli para a unidade de atendimento ao público, que está actualmente a aguardar reabilitação, embora os fundos ainda não tenham sido obrigados. Foram incluídos \$10 milhões no orçamento do AF de 2007 para pensões de veteranos, porém estes fundos não podem ser acedidos enquanto o Governo estiver a operar sem um novo orçamento.

¹⁶ Todos os números vêm da Comissão Consolidação de Dados, Novembro de 2006, através da SEAVAC / DNACLN.

Foram identificados beneficiários e está em curso a construção de 100 casas para veteranos com 15 a 24 anos de serviço, que estejam incapazes de trabalhar e que não disponham atualmente de habitação. A primeira fase do memorial do Jardim dos Heróis, perto da base das F-FDTL em Metinaro, foi concluída. Uma segunda fase está planeada e a consulta sobre o desenho está em curso.

Factos e Números

Total de Veteranos Registados:	75.143
CAAC-CAVF (Frente Armada):	38.337
CAQR (Frente Clandestina):	36.806
Pendentes:	10.338
Vivos:	56.627
Falecidos:	18.516
Mártires (Mortos em resultado da participação, Sobreviventes elegíveis para pensão):	11.829
Excluídos – menos de três anos de participação:	7.848
Participação entre 3 a 8 anos (luta armada e frente clandestina):	27.983
3 a 5 anos na luta armada:	7.901
6 a 8 anos na luta armada:	181
8 ou mais anos de participação (direito a medalha segundo a lei):	11.223
8 a 14 anos na luta armada:	193
15 ou mais anos na luta armada:	157
24 anos na luta armada:	28

Pensões de Veteranos conforme definidas pelo Estatuto dos Combatentes da Libertação Nacional, Lei N.º 3/2006

<u>Título da Pensão</u>	<u>Categoria conforme definida por Lei</u>	<u>Beneficiários*</u>	<u>Verba</u>
Pensão Especial de Reforma (Art. 25.º)	15 ou mais anos	157	\$254 a \$407 por mês
Pensão Especial de Subsistência (Art. 24.º)	8 a 14 anos, e com mais de 55 anos de idade	193, de presente existem 53 com mais de 55 anos	\$85 a \$159
Pensão Especial de Subsistência (Art. 24.º)	Veteranos incapacitados	Não se conhece o número de veteranos incapacitados, estando-se a aguardar o desenvolvimento de critérios	\$85 por mês
Subvenção por Dedicção Exclusiva (Art. 23.º)	Veteranos que não tenham entrado para o serviço público – na prática aqueles que serviram entre 1 e 8 anos	aproximadamente 17.905	Pagamento único de \$200 por cada ano de serviço
Pensão de Sobrevivência (Art. 26.º)	Viúvas, órfãos, pais ou irmãos daqueles que morreram em resultado da sua participação na luta. Um beneficiário por cada pessoa falecida.	11.829	\$85 por mês

(Fonte dos dados: CCD via DNACLN, Novembro de 2006)

17. Nota Sectorial: Abastecimento de Água e Saneamento

Panorama

A nível global o sector do Abastecimento de Água e Saneamento (AAS), tanto rural como urbano, é problemático. Os dados da cobertura e níveis de serviço de AAS não são fiáveis, sendo que o censo de 2004 não continha questões relativas ao AAS. A nível nacional, apenas cerca de 13% das famílias têm ligações em casa e 16% são servidas por torneiras comunitárias. As melhores estimativas relativamente ao abastecimento de água rural falam de uma cobertura de 30% (2004). As estimativas do abastecimento de água urbano variam muito consoante as definições: por exemplo, se o marco de referência for o acesso 24 horas por dia a água canalizada segura só cerca de 25% dos lares de Díli são servidos convenientemente. Existem problemas no que diz respeito a disponibilidade para pagar, disponibilidade para cobrar, dificuldades técnicas na manutenção de sistemas e governação dos serviços públicos de água. A estimativa da cobertura do saneamento rural em 2004 era de 19%. Tal como acontece em muitos países, em Timor-Leste a procura efectiva de um melhor saneamento é por norma inferior à procura por um melhor abastecimento de água. São necessárias alterações em termos de conhecimentos, atitudes e práticas para retirar benefícios de saúde de um melhor abastecimento de água e saneamento. O financiamento inadequado, as deficiências das estratégias de investimento e a falta de recursos humanos estão entre os condicionalismos mais importantes ao desenvolvimento.

Questões Principais

- ***Aumento dos recursos humanos.*** Timor-Leste ainda não dispõe de planeadores, engenheiros e técnicos de AAS suficientemente qualificados, formados e experientes para atingir os alvos do PDN e do ODM. Isto pode levar 10 a 15 anos, sendo que até lá serão precisos peritos internacionais, contratados pelo Governo, para que os alvos possam ser atingidos.
- ***Manutenção dos serviços de AAS.*** Os serviços de AAS urbanos e rurais são difíceis de manter. Parte do problema é que os sistemas de abastecimento de água canalizada são difíceis de gerir e de manter, em especial em áreas rurais. Parte da solução passa por definir padrões de serviços claros e *apropriados* – níveis de serviço – para situações geográficas e comunitárias específicas. A política de níveis de serviço foi preparada e pode agora ser disseminada e aplicada. Um maior envolvimento do Governo no AAS rural, prestando apoio técnico, financeiro e de autoridade a administradores de sistemas comunitários, pode ajudar a resolver estes problemas.
- ***Maior sustentabilidade financeira.*** As operações de água urbanas estão a perder mais dinheiro que nunca. O Plano de Desenvolvimento Nacional e a experiência global deixam claro que os custos devem ser recuperados a parti dos consumidores. Isto é difícil na actual situação, estando uma recuperação plena dos custos a 10 ou mais anos de distância. Todavia o declínio nas receitas do abastecimento de água urbano deve ser invertido através do aumento da facturação e da cobrança. A legislação necessária já existe. Em 2004-05 o

Governo preparou uma Política Nacional de Recursos Hídricos, que porém nunca foi aprovada pelo Conselho de Ministros.

O Sector

A Direcção Nacional de Água e Saneamento (DNAS) é responsável pelo desenvolvimento e prestação de serviços de AAS através de Timor-Leste. A DNAS tem 164 funcionários permanentes, suplementados por 137 funcionários temporários. A maior parte dos funcionários e recursos destinam-se a actividades de abastecimento de água urbano. A DNAS é uma instituição designada de recolha de receitas, porém não é uma ‘Instituição de Retenção de Receitas’ (como a EDTL, Autoridade Portuária e Autoridade de Aviação) e deve enviar os valores recolhidos à Autoridade Bancária e de Pagamentos. A nova Direcção de Serviços Corporativos (DSC) dentro do antigo MRNMPE é responsável por aconselhar o Ministro sobre a política de AAS. De presente não existem quaisquer assessores internacionais financiados por parceiros de desenvolvimento a trabalhar na DSC, o que condiciona ainda mais a capacidade. A DSC é também responsável pelo aprovisionamento de projectos de AS financiados pelo Governo. O sector do AAS em Timor-Leste carece de alguma legislação e políticas, porém estes não são condicionalismos de maior ao desenvolvimento.

As operações de AAS urbanos abrangem Díli e todos os outros 12 centros de distrito. A base de activos de infra-estruturas de abastecimento de água urbano da DNAS está estimada na ordem dos \$50 milhões. Desde 2000 foram gastos \$30 milhões no sistema de água de Díli. A gestão das águas residuais urbanas é quase na totalidade uma responsabilidade privada; não existe sistema de esgotos ou tanques sépticos pertença do Governo e geridos por este, apenas a instalação de tratamento séptico em Tacitolo. A DNAS gere a recolha e eliminação de resíduos sólidos em Díli. Não existe qualquer sistema de abastecimento de água completo em Timor-Leste. A maior parte da reabilitação, incluindo em Díli, tem incidido na produção de água (desenvolvimento, transmissão, tratamento e armazenamento de fontes de água) e na distribuição primária e secundária. A distribuição terciária (reticulação) não recebeu grande atenção, sendo que por exemplo em Díli 50% da água é perdida através de furos e de furtos.

É essencial reduzir as perdas de água e a quantidade de água que não gera receitas. Isto pode ser conseguido através da concentração de investimentos usando uma “abordagem zonal” à melhoria do sistema, ao invés de espalhar muito os investimentos. Uma abordagem zonal incide os trabalhos de reabilitação sobre zonas hidráulicas definidas, uma ou poucas de cada vez. Quando as existências de água são completamente restauradas numa zona e os clientes estiverem satisfeitos o programa de investimento avança para a(s) próxima(s) zona(s). O programa distribui-se pela cidade até que toda a rede esteja a funcionar devidamente. O primeiro projecto de abordagem zonal para Díli está a ser preparado.

Estima-se que menos de um quarto das famílias em Timor-Leste tem acesso a água segura, enquanto que uma percentagem ainda menor (19%) tem acesso a instalações de saneamento adequadas ou efectivas (alguns dados sugerem que este valor pode ser ainda inferior, na ordem dos 13%). Existe também uma falta disseminada de sensibilização sobre questões de saúde e saneamento entre a população. As doenças mais comuns entre crianças são infecções respiratórias agudas e diarreias, as quais também são comuns entre os adultos. Estima-se que

grandes números de crianças com menos de cinco anos nas áreas rurais morrem devido à falta de água potável, maus ambientes sanitários e más práticas de saneamento. A geografia montanhosa, a má infra-estrutura rodoviária e os ciclos anuais de seca agravam ainda mais os problemas de acesso em áreas rurais. As mulheres são por norma quem recolhe, transporta e utiliza a água. De presente há pouca capacidade por parte do Governo para planear, gerir e ministrar serviços de abastecimento de água e saneamento.

O Plano de Desenvolvimento Nacional inclui sete objectivos de Abastecimento de Água e Saneamento (ASS) e 15 indicadores de desempenho, incluindo (i) 80% da população urbana com acesso a água canalizada segura, e (ii) 80% da população rural com acesso a abastecimento local de água segura. Timor-Leste também assinou os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs), o que significa o aumento da proporção de pessoas com melhor acesso a água de 44% para 78%, e da proporção de pessoas com melhor saneamento de 19% para 46% - ver em baixo a cobertura concreta do AAS. Os programas de AAS do Governo e com apoio de parceiros de desenvolvimento são orientados pelo Programa de Investimento Sectorial (PIS) de AAS, que prevê um programa de investimento contínuo por itens a cinco anos. O PIS de AAS está actualmente a ser actualizado.

A reabilitação e melhoria de instalações e serviços de AAS desde 2000 têm sido na maioria financiadas por parceiros de desenvolvimento. O programa de obras capitais de AAS do Governo para o AF de 2007 representou um valor de \$1.79 milhões, sendo cerca de \$1.00 milhão para o abastecimento de água rural e o restante para o abastecimento de água urbano. 65% desta afectação orçamental foram obrigados, o que significa que foram atribuídos contratos.

Factos e Números

Os alvos específicos estabelecidos pelo Governo para o acesso a abastecimento de água e saneamento rurais adequados são detalhados de seguida. Estes alvos baseiam-se no desejo do Governo em concretizar o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio (ODM) relativo à provisão de água segura e saneamento.

Alvos de Acesso em termos de Abastecimento de Água e Saneamento Rurais

Indicador	Alvo para 2004	Alvo para 2010	Alvo para 2015	Alvo para 2020
Acesso a água potável, população rural (%)	30%	60%	80%	80%
Acesso a água potável, população rural (total)	215.528	506.362	759.293	850.867
Acesso a saneamento, população rural (%)	19%	50%	80%	80%
Acesso a saneamento, população rural (total)	136.501	421.968	759.293	850.867

18. Nota Sectorial: Juventude

Panorama

Apesar do seu potencial, a melhor forma de descrever o sector da juventude é como estando *em crise*. É assim essencial que o Governo e a comunidade internacional façam um investimento concertado, abrangente e estratégico no sector da juventude, de modo a estancar o envolvimento dos jovens nos episódios de violência e desrespeito pela lei, bem como a aproveitar o potencial desta geração. Os jovens constituem uma percentagem significativa e cada vez maior da população. O desenvolvimento dos jovens, porém, tem recebido pouca atenção da parte do Governo ou da comunidade internacional desde a independência. O envolvimento dos jovens na crise de 2006 e episódios de violência mais recentes vieram destacar os perigos da negligência deste sector.

Questões Principais

- ***Manutenção dos jovens na escola.*** Apesar da geração actual ser a mais instruída de todas as gerações timorenses, muitos não terminam os estudos. Tanto os indivíduos como a sociedade saem a ganhar quando os jovens permanecem na escola.
- ***Aumento das oportunidades de emprego para os jovens.*** O desemprego entre os jovens assume proporções preocupantes. Sem trabalho regular os jovens são susceptíveis a manipulação e envolvimento em actos de violência e outros comportamentos de risco.
- ***Ligação com a comunidade.*** Muitos jovens sentem-se desligados da família, comunidade e sociedade. Isto é resultado de uma enorme alteração social e do enfraquecimento das estruturas sociais ao longo dos últimos 35 anos.
- ***Autonomização dos jovens para participarem na construção da nação.*** Entre os jovens de hoje existem fortes sentimentos de desilusão relativamente ao governo e de marginalização no que toca ao processo de construção da nação.
- ***O fortalecimento dos controlos formais e informais sobre os jovens*** é crucial para impedir o seu envolvimento em actos de violência e outros comportamentos de risco.

O Sector

Os jovens entre os 15 e os 29 anos constituem quase um quarto da população. É esperado que este número aumente para os 37 % em 2010. Os jovens de hoje são a geração mais instruída de todas as gerações timorenses, porém muitos não terminam os estudos. 77% concluem *algum* ensino primário, mas apenas 34% concluem o liceu e 27% o ensino secundário. A qualidade do ensino é também no geral fraca. A alfabetização permanece elevada, nos 77%, porém muitos jovens deixam a escola sem as qualificações e as informações necessárias para arranjar emprego e escapar à pobreza. Na verdade o desemprego dos jovens está actualmente estimado na ordem dos 43% a nível nacional e nuns assustadores 58% em Díli. O Anexo contém um resumo destes números.

Para lá dos factores económicos e de educação, há factores políticos e legais que contribuem para a presente crise dos jovens. Muitos jovens sofrem violência doméstica, sentem-se desligados da comunidade e da escola, bebem em excesso e são mal vistos pela sociedade. Os jovens de hoje sentem-se marginalizados e desiludidos. Desconfiam das autoridades e da geração mais velha. Não dispõem da educação cívica necessária e de oportunidades para se envolverem de forma significativa no processo de construção da nação. Para lá disto, a quebra nos mecanismos de controlo social encorajou os jovens a agir com impunidade e a participarem em actividades oportunistas, incluindo o crime e actos de justiça pelas próprias mãos. Não é assim surpreendente que os jovens rapidamente tenham sido implicados na crise em curso.

A programação do Governo anterior no sector dos jovens conseguiu algumas vitórias assinaláveis. A resposta do Governo e da comunidade internacional à actual crise tem sido rápida e louvável. O anterior Ministério do Trabalho e da Reinserção Comunitária (MTRC) redigiu um Plano Nacional de Acção para emprego dos jovens entre 2007 e 2010. A Secretaria de Estado da Juventude preparou uma proposta de política nacional para os jovens, sendo que o Compacto pós-crise do Governo inclui o emprego dos jovens e o desenvolvimento de capacidades. Em termos mais programáticos, o Governo e a comunidade internacional lançaram vários programas de dinheiro-por-trabalho que beneficiaram essencialmente os jovens. O programa do MTRC / OIT, por exemplo, prolongou-se de Abril a Dezembro de 2006 e gerou mais de 465.000 dias de trabalho, tendo prestado emprego a 37.000 pessoas, 44% das quais jovens, durante 15 dias cada. Desde a independência, e antes da actual crise, o Governo e a comunidade internacional estabeleceram vários centros de juventude, bem como centros de formação vocacional. Várias organizações internacionais têm vindo a prestar programas de alimentação escolar com vista a encorajar a participação, estando também o Governo a prever um programa semelhante por si próprio.

Embora estas iniciativas tenham no geral sido positivas, há três desafios interrelacionados que têm afectado consistentemente o sector da juventude: âmbito, escala e sustentabilidade. O envolvimento dos jovens na violência e distúrbios sociais recentes veio destacar a necessidade de alargar o *âmbito* da programação no sector da juventude de modo a tratar dos aspectos sociais, políticos, legais e económicos da actual crise da juventude. Relacionados com isto, o número tão elevado de jovens e a profundidade da actual crise vieram sublinhar a necessidade vital de alargar a *escala* da programação no sector da juventude. Por fim, garantir a *sustentabilidade* de iniciativas no sector da juventude tem-se revelado uma tarefa difícil. Por exemplo, muitos

centros de juventude deixaram de funcionar assim que os fundos dos parceiros de desenvolvimento cessaram. *Estes desafios devem-se a vários factores, incluindo fraca liderança e coordenação do sector da juventude, falta de fundos suficientes e dedicados, assim como condicionalismos em termos de capacidade de implementação.*

Somente uma abordagem abrangente – uma que entenda o problema de um modo holístico, que combina a experiência local e internacional e que se comprometa com uma estratégia a longo prazo – pode responder aos actuais desafios e superar a presente crise que afecta a juventude. A rápida expansão dos recentes programas de emprego intensivo de jovens é particularmente importante.

Factos e Números

Perfil da População

Os jovens representam uma percentagem grande e cada vez maior da população.

População Total	924.642	
Jovens (Total)	225.300	(24%)
Jovens (15-19)	94.300	(10%)
Jovens (20-29)	131.000	(14%)

Nota: Existem ligeiras diferenças nas categorias etárias usadas nas figuras e gráfico

Educação

Os jovens de hoje são a geração de timorenses com mais instrução, porém muitos não concluem o ensino. As diferenças entre pobres e não pobres são mais acentuadas que as diferenças entre rapazes e raparigas.

	Total
Algum ensino primário	77%
Liceu	34%
Ensino Secundário	17%
Pós-Secundário	2%

Alfabetização

O analfabetismo permanece elevado, apesar de elevados níveis de conclusão do ensino primário.

Alfabetização nos jovens	77%
Alfabetização nos jovens (raparigas)	76%
Alfabetização nos jovens (rapazes)	79%
Comparação (Filipinas)	97%

Emprego

O desemprego é extremamente elevado, em particular nos centros urbanos de Díli e Baucau.

Desemprego nos Jovens (Total)	43%	
Desemprego nos Jovens (Díli / Baucau)	59%	
Desemprego nos Jovens (Rural)	15%	

Nota: % de idade para Díli / Baucau e Rural com base no grupo etário de 15-19 anos.

Transição da escola para o trabalho

A transição da escola para o trabalho demora em média cinco anos, podendo ser até mais demorada.

Idade de transição	17 anos
Tempo de transição (pobres)	5 anos
Tempo de transição (menos desafortunados)	7 anos

Figura 1: Jovens (12-29) enquanto % da população (1995-2015)

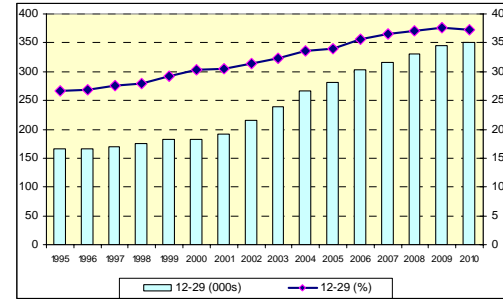


Figura 2: Nível de ensino por grupo populacional

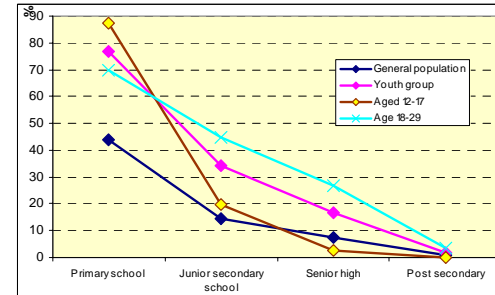


Figura 3: Taxa de alfabetização dos jovens

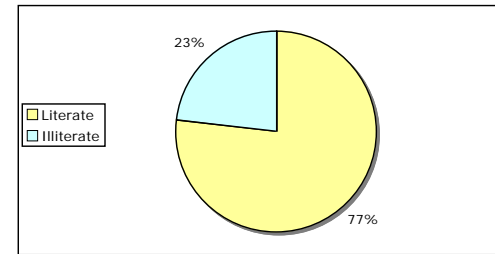


Figura 4: Desemprego consoante escalão etário e geografia

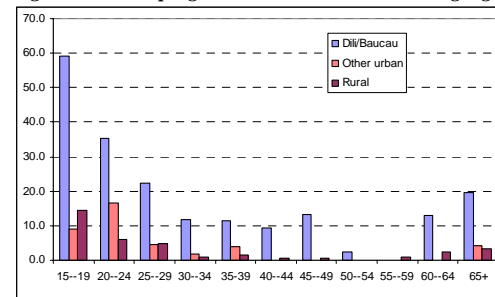


Figura 5: Transição da escola para o trabalho

